



Anais da Assembléia

Nº 003

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVII

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/92

DATA: 1º de fevereiro de 1992

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado ausentar-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País entre os dias 20 de fevereiro a 25 de março de 1992, no interesse da Administração, com destino a China e Japão, com o objetivo de viabilizar investimentos daqueles Países no Estado do Paraná, bem como renovar o pacto de amizade e intensificar as relações de cooperação comercial com as Províncias irmãs, de Hyogo e Zhejiang.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rosso-

ni, Severino Félix, Tadeu Lúcio Machado e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves e José Arthur Ritti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 158/91

Curitiba, 18 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 17, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, lei essa que trata da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná.

O Sistema de Defesa Civil foi criado no Estado do Paraná em 1972, através do Decreto nº 3.002, de 21 de dezembro daquele ano. Posteriormente, o Decreto nº 5.879, de 23 de agosto de 1974, atribuiu ao Secretário de Estado da Segurança Pública a Coordenadoria do Sistema.

A Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, em seu art. 34, incluiu no âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, "a defesa civil da população contra calamidades".

A Constituição do Estado de 05 de outubro de 1989, estatuiu através do art. 51, inciso II, que a Coordenadoria Estadual do Sistema deverá vincular-se ao Gabinete do Governador do Estado, revogando assim, as normas que conferiam ao Secretário de Estado da Segurança Pública o exercício desta atividade.

É de interesse a centralização da Coordenadoria na Casa Militar, por ser unidade diretamente vinculada ao Governador

do Estado e integrante do seu Gabinete.

Atendendo pois, ao dispositivo constitucional citado e, ainda ao disposto no art. 53, inciso X e art. 66, inciso IV, ambos da Constituição do Paraná, é que submeto este anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo.

Por outro lado, em face da urgência e a relevância de que se reveste a matéria, solicito seja a mesma apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 612/91

Art. 1º - O artigo 17 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - O âmbito de ação da Casa Militar compreende: a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, de sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; a Coordenação Estadual da Defesa Civil; outras atividades correlatas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 161/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a essa egrégia Assembléia Legislativa que, dando cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Lei Estadual nº 9.647, de 11 de julho de 1991, e no artigo 1º, § 2º, da Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, o Poder Executivo procederá à correção do Orçamento Geral do Estado, compreendendo os orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta, e de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, bem como sua Programação Orçamentária Global, em 220%.

O índice a ser utilizado para a correção, é resultante da média dos índices INPC/IBGE, IGP/FGV e IPC/FIPE, no período de junho a dezembro, conforme demonstrati-

vo a seguir, uma vez que o orçamento já foi elaborado a preços de maio.

MESES	ÍNDICES			
	INPC/IBGE	IGP/FGV	IPC/FIPE	MEDIA
Junho	10,83	9,86	9,78	10,16
Julho	12,14	12,83	11,30	12,09
Agosto	15,62	15,49	14,42	15,18
Setemb.	15,62	16,19	16,21	16,01
Outubro	21,08	25,85	25,17	24,03
Novemb.	*25,0	25,76	25,39	25,31
Dezemb.	*25,0	*25,0	*25,0	25,0
TOTAL	214,32	229,07	218,74	220,71

* Valores estimados

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 01/92

Curitiba, 31 de janeiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes n.ºs 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152, todos sob indicação fiscal de setor 43, da Quadra 112, situados à Rua Professor Ribeiro Macedo da Costa, Vila Izabel, em Curitiba. Os referidos lotes foram havidos pelo Estado do Paraná por desapropriação, através do Decreto nº 7.307, de 28 de setembro de 1990, e devidamente matriculados sob n.ºs 2.679, 2.680, 2.681, 2.682, 2.683, 2.684 e 2.712, no Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletividade, tendo em vista a natureza das atividades desenvolvidas pela Entidade a ser beneficiada com a presente proposição.

Convém ainda ressaltar que os mencio-

nados lotes de terras foram desapropriados por serem considerados de utilidade pública e que os mesmos já há muito vêm sediando instalações da referida entidade, a qual direciona suas ações para a área social, especialmente abrigando e instruindo menores carentes, sendo reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, através da Lei nº 7.539/81.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 003/92

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelos lotes n.ºs 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152, todos sob indicação fiscal de setor 43, da Quadra 112, situados à Rua Professor Ribeiro Macedo da Costa, Vital Brasil, Rua Vila Izabel, em Curitiba, conforme consta das matrículas n.ºs 2.679, 2.680, 2.681, 2.682, 2.683, 2.684 e 2.712, todas no Cartório de Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação que trata o artigo anterior será exclusivamente utilizado pelo donatário no uso das instalações daquela Entidade e ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao Patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 02/92

Curitiba, 10 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 20/02 a 25/03/92, com destino ao Japão e à China, com o objetivo de viabilizar investimentos daqueles Países no Estado do Paraná, bem como renovar o pacto de amizade e intensificar as relações de cooperação comercial com as províncias-irmãs, de Hyogo e Zhejiang, respectivamente, a convite das mesmas.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

MENSAGEM 03/92

Curitiba, 12 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva adotar medida legal no sentido de que a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, criada através da Lei n.º 5.113, de 14 de maio de 1965, como entidade responsável pelo desenvolvimento do programa habitacional popular no Estado do Paraná, na forma da Lei n.º 6.568, de junho de 1974, fique isenta de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD, para os casos de doações de imóveis feitas por municípios ou terceiros, destinadas a construções de conjuntos habitacionais ou unidades isoladas, para a população de baixa renda. Prevê também, a redução de 50% (cinquenta por cento) nas custas e nos emolumentos judiciais que devam ser pagos pela COHAPAR, tudo conforme especifica e melhor definindo procedimentos legais já existentes, sendo, conseqüentemente, prevista a revogação do art. 2º e seu parágrafo único, da Lei n.º 6.888, de 06 de julho de 1977.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa, é indiscutivelmente justo e oportuno e, acima de tudo, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois a adoção da medida que preconiza virá minimizar os custos finais das unidades habitacionais a serem construídas pela COHAPAR, beneficiando mormente os mais necessitados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 005/92

Art. 1º - A Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, criada através da Lei n.º 5.113, de 14.05.65, sendo a entidade responsável pelo desenvolvimento do programa habitacional no Estado do Paraná, na forma da Lei n.º 6.568, de 24.06.74, fica isenta de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, em específico com referência ao ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações, para os casos de doações de imóveis através de escrituras públicas outorgadas pelos Municípios ou terceiros,

destinados à construção de conjuntos habitacionais ou unidades isoladas, para a população de baixa renda.

Art. 2º - Nos processos judiciais e nos atos, documentos e certidões do foro extrajudicial de cartórios, tabeliães, registros civis, registros de imóveis e registros de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serventuários respectivos que devam ser pagas pela COHAPAR, sofrerão uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 2º e Parágrafo Único da Lei nº 6.888, de 06.07.77 e demais disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 04/92

Curitiba, 12 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder ao Banco do Estado do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes nºs 9, 10 e 11, da Quadra 148, com área de 1.695,00 m², contendo uma edificação de 162,35 m², situado na confluência da Avenida Roque Gonzales com Rua Prudente de Moraes, na sede do Município de Xambrê, conforme Matrícula nº 5.772, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O anteprojeto de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa é indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que, consultando plenamente aos superiores interesses públicos, virá ensejar condições no sentido de possibilitar a cessão de uso de um imóvel de propriedade do Estado, para ser utilizado por órgão de sua administração indireta, o Banco do Estado do Paraná S/A que, no referido imóvel irá instalar sua agência na Cidade de Xambrê, sem maiores custos e com grandes benefícios à comunidade local.

Por outro lado é oportuno lembrar que no texto do anexo plano de lei constam dispositivos expressos segundo os quais tal cessão vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo, mediante ato consensual entre as partes, ser prorrogado por 4 (quatro) anos, tornando-se automaticamente sem efeito caso o imóvel em questão seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e

Curitiba, terça, em 18.02.92

consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 006/92

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A, o imóvel de Propriedade do Estado, constituído pelos lotes nºs 9, 10 e 11, da Quadra nº 148, com área de 1.695,00 m², contendo uma edificação com 162,35 m², situado na confluência da Avenida Roque Gonzales com a Rua Prudente de Moraes, na Cidade de Xambrê, neste Estado, matriculado sob nº 5.772, no Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior, mantidas inalteradas suas características, será utilizado exclusivamente para instalações da Agência do BANESTADO S/A, no Município de Xambrê, vigorando tal cessão de uso até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena da cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Parágrafo Único - O cessionário ficará responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas despesas para tanto necessárias, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 06/92

Curitiba, 12 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Nova Londrina, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído do lote nº 3-A, contendo uma casa de alvenaria, situado na Quadra 24-A, da Planta Geral da sede do referido Município, imóvel esse objeto da Transcrição nº 515, às fls. 270, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

O plano de lei ora submetido à apreciação dessa augusta Casa atende aos supe-

Curitiba, terça, em 18.02.92

riores interesses públicos, tendo em vista que o imóvel cuja cessão de uso se pretende efetivar, será, conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Londrina, através de seu Ofício nº 253/91, de 24.06.91, cópia anexa, utilizado como residência de autoridade estadual lotada naquele Município.

Por outro lado, vale mencionar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessão de uso vigore até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante ato consensual entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI 007/91

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Nova Londrina, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído do lote nº 3-A, contendo uma casa de alvenaria, situado na Quadra 24-A, da Planta Geral da sede do referido Município, imóvel esse objeto da Transcrição nº 515, às fls. 270, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado exclusivamente como residência de autoridade estadual lotada no referido Município, vigorando, tal cessão de uso, até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante ato consensual entre as partes, não podendo o mesmo ser utilizado para outros fins, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Parágrafo Único - O cessionário ficará responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 07/92

Curitiba, 12 de fevereiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A, o

imóvel de propriedade do Estado, constituído do lote nº 01, da Quadra nº 24, na sede do Município de Flórida, com área de 600,00 m2, contendo uma edificação com 165,35 m2, situado na confluência da Avenida Ipiranga com a Rua Colorado, na Cidade de Flórida, neste Estado.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa responde aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que propõe a cessão de uso de próprio do Estado em favor de uma instituição de sua própria Administração, pois sendo o BANESTADO entidade vinculada à Secretaria da Fazenda, nada mais racional e oportuno que se efetive tal ato em seu favor, evitando, desta forma, despesas desnecessárias ao erário público, com possíveis futuras locações.

Há que se esclarecer que, segundo informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, o questionado imóvel foi cedido ao Município de Flórida, em 09/05/89, conforme autorização exarada no protocolado sob nº 591.953-3, cuja vigência encerrou-se em 15/03/91, tendo o Senhor Prefeito Municipal se manifestado favoravelmente à presente cessão de uso, em favor do BANESTADO, ao invés de se efetivar sua prorrogação para o Município, uma vez que não há interesse por parte daquela municipalidade em continuar ocupando parcialmente o referido prédio, visto que algumas dependências do mesmo já vêm sediado a Agência local da mencionada instituição financeira.

Certo de que a presente proposição merecerá o devido apoio e conseqüente aprovação por essa augusta Casa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Banco do Estado do Paraná S/A, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote nº 01, da Quadra 24, situado na confluência da Avenida Ipiranga com a Rua Colorado, no Município de Flórida, com área de 600,00 m2, contendo uma edificação com 165,35 m2, conforme matrícula nº 3.160, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei, mantidas inalteradas suas características, será utilizado exclusivamente para o funcionamento da Agência Bancária do BANESTADO S/A, naquele Município, vigorando, tal cessão de uso, até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (qua-

tro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser o mesmo utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena da cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Parágrafo Único - O cessionário ficará responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas despesas para tanto necessárias, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob os nºs DTL/SAT/474, 475, 476 e 486/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, os Projetos de Lei nºs 440/91, 514/91, 598/91 e 555/91.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/433, 434, 464, 465, 466, 467, 468, 483/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 232/91, 155/91, 94/91, 422/91, 495/91, 504/91, 389/91, 163/91 e 498/91.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/01, 03, 04, 05, 06, 07, 15 e 20/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nºs 566/91, 591/91, 165/91, 186/91, 247/91, 512/91, 502/91 e Lei Complementar 533/91.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/08, 14, 16 e 17/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, os Projetos de Lei nºs 585/91, 586/91, 606/91 e 494/91. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/02, 09, 18 e 19/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nºs 570/91, 436/91, 480/91 e 479/91. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 469, 470, 471, 472, 473, 477, 478, 479, 480, 481, 484, 485/91 e 10, 11, 12, 13 e 21/92, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

543/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.523.000,00, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9848. Anote-se - Arquivo-se.

556/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 81.451.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9849. Anote-se - Arquivo-se.

560/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 118.000.000,00, ao Orçamento Próprio da FUNDEPAR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9850. Anote-se - Arquivo-se.

538/91: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação ao § 1º, do Art. 3º da Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979, modificando pelas Leis nºs 7812, de 29 de dezembro de 1983 e nº 9174, de 29 de dezembro de 1989, o qual convertido em Lei tomou o nº 9851. Anote-se - Arquivo-se.

557/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.502.000,00, ao vigente orçamento da SEAB, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9852. Anote-se - Arquivo-se.

561/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00, ao vigente orçamento da SETR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9853. Anote-se - Arquivo-se.

549/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 230.000.000,00, ao vigente orçamento próprio da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PARANA, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9854. Anote-se - Arquivo-se.

558/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 148.309.000,00, ao vigente orçamento próprio da FASPAR, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9856. Anote-se - Arquivo-se.

559/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9855. Anote-se - Arquivo-se.

482/91: De autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DAISAKU IKEDA, Presidente da Soka Gakkai Internacional, o qual convertido em Lei tomou o nº 9857. Anote-se - Arquivo-se.

569/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o Colégio Antônio Lacerda Braga, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9858. Anote-se - Arquivo-se.

416/91: De autoria do Deputado DUILIO

GENARI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado EGON PUDELL, o qual convertido em Lei tomou o nº 9859. Anote-se - Arquivo-se.

484/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Piraí do Sul, no prazo e condições que menciona, o qual convertido em Lei tomou o nº 9860. Anote-se - Arquivo-se.

468/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a cessão, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, do imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do município de Inajá, o qual convertido em Lei tomou o nº 9861. Anote-se - Arquivo-se.

523/91: De autoria do Deputado JOAO PREIS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor João Barbosa de Macedo, o qual convertido em Lei tomou o nº 9862. Anote-se - Arquivo-se.

012/91: De autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Meu Sossego - Maternal e Jardim de Infância, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9863. Anote-se - Arquivo-se.

522/91: De autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara como de utilidade pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano - ALAJEL, com sede e foro nesta capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9864. Anote-se - Arquivo-se.

497/91: De autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que denomina Rodovia Máximo Jamur, a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9865. Anote-se - Arquivo-se.

475/91: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei nº 7102, de 15/01/79, o qual convertido em Lei tomou o nº 9866. Anote-se - Arquivo-se.

434/91: De autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara de utilidade pública a Associação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná - ADEMBAP, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9867. Anote-se - Arquivo-se.

481/91: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Peabiru, o qual convertido em Lei tomou o nº 9868. Anote-se - Arquivo-se.

599/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 45.000.000,00, à Chefia do Poder Executivo, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9869. Anote-se - Arquivo-se.

472/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação às operações internas com mercadorias da cesta básica e adota outras providências, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9870. Anote-se - Arquivo-se.

545/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9871. Anote-se - Arquivo-se.

596/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 285.408.000,00, ao vigente orçamento da SEAB, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9872. Anote-se - Arquivo-se.

597/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.000.000,00, ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência e Extensão Rural - EMATER/PR, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9873. Anote-se - Arquivo-se.

546/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 137.098.000,00, ao vigente orçamento da SEEC, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9874. Anote-se - Arquivo-se.

609/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 111.500.000,00, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9875. Anote-se - Arquivo-se.

535/91: De autoria do Deputado TADEU LÓCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro na Comarca de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 9876. Anote-se - Arquivo-se.

608/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 412.589.000,00, ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 9878. Anote-se - Arquivo-se.

060/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a doação ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, o imóvel rural que especifica, situado no Município de Cascavel, para os fins que menciona, o qual convertido em Lei tomou o nº 9879. Anote-se - Arquivo-se.

580/91: Do PODER EXECUTIVO, que concede aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a partir de 1º de janeiro de 1992, reajuste de 90,2%, o qual convertido em Lei tomou o nº 9880. Anote-se - Arquivo-se.

581/91: Do PODER EXECUTIVO, que dá no-

va redação ao § 3º, do artigo 32 da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 061. Anote-se - Arquivo-se.

612/91: Do PODER EXECUTIVO, que acresce aos anexos I e II da Lei nº 9877/91, as tabelas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9881. Anote-se - Arquivo-se.

441/91: Do Poder Executivo, que aprova o Plano Plurianual para o período de 1992 a 1995, o qual convertido em Lei tomou o nº 9882. Anote-se - Arquivo-se.

600/91: Do PODER EXECUTIVO, que altera o inciso I, do artigo 23, da Lei nº 8933/89, o qual convertido em Lei tomou o nº 9885. Anote-se - Arquivo-se.

610/91: Do PODER EXECUTIVO, que cria a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9887. Anote-se - Arquivo-se.

457/91: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a financiar em âmbito estadual através da Secretaria da Política Habitacional, a construção de Núcleos Habitacionais no Sistema de "AUTO CONSTRUÇÃO", conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9888. Anote-se - Arquivo-se.

378/91: De autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que torna obrigatória a identificação dos passageiros no Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9889. Anote-se - Arquivo-se.

520/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, situado em São José dos Pinhais, a ser destinado às obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena, o qual

convertido em Lei tomou o nº 9890. Anote-se - Arquivo-se.

607/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica, situado em Pato Branco, para os fins que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9891. Anote-se - Arquivo-se.

503/91: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9895. Anote-se - Arquivo-se.

515/91: Do PODER EXECUTIVO, que transforma a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI, o qual convertido em Lei tomou o nº 9896. Anote-se - Arquivo-se.

584/91: Do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTA-

DO, que reajusta os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9897. Anote-se - Arquivo-se.

611/91: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que reajusta, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas, bem como dos salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, o qual convertido em Lei tomou o nº 9898. Anote-se - Arquivo-se.

217/91: De autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que cria área de proteção ambiental - APA, na Serra Geral, conhecida como Serra da Esperança, no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 9905. Anote-se - Arquivo-se.

Sob o nº 072/91, do Senhor LUIS RENATO PEDROSO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de Lei, aprovado pelo Órgão Especial daquele Tribunal de Justiça em 13 de dezembro de 1991, objetivando a alteração do artigo 34 da Lei Estadual nº 8286/86. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 916/91-GP, do Senhor Desembargador NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, informando sobre requerimento dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, pedindo sobre afastamento da Meritíssima Juíza EZILDA PASTANA, de Marabá. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 63/91, da Senhora NEUSA SALVADOR DE LIMA SILVA, Escrivã da 103ª Zona

Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do Plebiscito de Saudade do Iguaçu, realizado em data de 29 de dezembro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 168/91, do Senhor FRANCISCO LUIZ MACEDO JUNIOR, Juiz da 38ª Zona Eleitoral, encaminhando Mapas de Apuração e Mapa totalizador do Plebiscito de Mato Rico, realizado no dia 15 de dezembro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 172/91, do Senhor LUIS ORLANDO BORGES ALBUQUERQUE, Juiz da 162ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata Final da consulta plebiscitária realizada no dia 15 de dezembro de 1991 na área desmembrada de Salto do Lontra. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 180/91, do Senhor FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP, Juiz da 131ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata Final da Consulta plebiscitária realizada em Flor da Serra em data de 22 de dezembro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 142/91, do Senhor WELLINGTON E.C. DE MOURA, Juiz da 76ª Zona Eleito-

ral, encaminhando Ata Final de Apuração, referente à consulta plebiscitária realizada em data de 29 de dezembro de 1991, no Distrito de Mauá da Serra, pertencente à Marilândia do Sul. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 35/92, do Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATG 0371/92, do Senhor ROBERTO REQUIÃO, conforme determina o Decreto Legislativo nº 006/91 de 09/10/91, comunica que estará afastado do País no período de 1º a 5 de fevereiro em viagem ao Uruguai, sendo que a comitiva governamental irá a Montevideu em visita oficial, com vistas a tratar de assuntos de máximo interesse para a cooperação econômica entre o Paraná e o Uruguai. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 57/92, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento dos cargos em comissão e a remuneração das funções gratificadas dos Servidores Ativos e Inativos do Quadro de Pessoal daquele Tribunal, a partir de 1º de fevereiro de 1992. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC 1422/92, do Senhor Deputado CAITO QUINTANA, Chefe da Casa Civil, comunicando que foi nomeado, através do Decreto 1089 de 28/01/92, o Deputado Estadual JOSE AFONSO JÚNIOR, para exercer o cargo de Secretário Especial do Esporte e Turismo. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, solicitando licença para assumir, dia 29 de janeiro de 1992, a Secretaria Especial de Esporte e Turismo do Estado, convidado que foi pelo Excelentíssimo Senhor Governador. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 393/91 O.E., do Senhor Desembargador NEGI CALIXTO, Relator do Tribunal de Justiça, solicitando a esta Casa Legislativa, nos termos do Ofício nº 211/91-O.E., licença para o prosseguimento da Ação Penal originária nº 16.430-5, de Nova Esperança, em que é autora a JUSTIÇA PÚBLICA e réu NILTON CESAR SERVO, em virtude do réu exercer cargo de Deputado Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 006/92 O.E., do Senhor Desembargador TROIANO NETTO, Relator do Tribunal de Justiça, solicitando a esta Casa, nos termos do Ofício nº 257/91-O.E., licença para o prosseguimento da Ação Penal originária nº 16.646, de Nova Esperança, instaurada contra NILTON CESAR SERVO, exercendo atualmente o mandato de Deputado Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº GS/OD/0030/92, do Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no seguinte teor: "O Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, tem manifestado veemente a sua posição, contrária à política de importação de trigo, em detrimento à produção nacional. Portanto, concordamos com o documento do Deputado Duílio Genari, relativo à importação da farinha de trigo, com total apoio ao mesmo.

Participamos, ainda, da Câmara Setorial de Trigo, em Brasília, através da qual foi elaborado um documento de propostas para a política de trigo, entregue ao Senhor Ministro da Agricultura, no qual, nos itens "2 d" e "2 e" propõe-se que:

2 d - Caso venha a ser iniciada a liberação das importações de farinha de trigo, manter os níveis tarifários em vigor e condicionar que as quantidades importadas, guardadas as devidas proporções, sejam consideradas para efeitos de cumprimento do acordo de importação de grãos com a Argentina;

2 e - Face ao MERCOSUL, sugere-se sejam qualificados como produtos pelo complexo brasileiro do trigo, ou seja, trigo em grãos, farinhas, pães, biscoitos e massas". Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATG 0383/92, do Senhor Roberto Riquião, Governador do Estado, que em cumprimento ao artigo 90, inciso III da Constituição Estadual, encaminha os Relatórios Anuais das Secretarias de Estado, Secretarias Especiais, COPEL - Companhia Paranaense de Energia, PGE - Procuradoria Geral do Estado e da Vice-Governadoria. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC 1331/92, do Senhor Deputado Caito Quintana, Chefe da Casa Civil, em resposta a pedido de informações, do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, requerida a Secretaria de Estado da Administração, sobre obras de construção do Fórum de Curitiba. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1297/91, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta a pedido de informações, requeridas pelo Deputado Paulo Maia ao Secretário

de Estado da Administração, sobre "diárias pagas a servidores públicos". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1314/91, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta a pedido de informações, requerida pelo Deputado Colombino Grassano ao Secretário Especial da Política Habitacional, sobre "municípios beneficiados com repasses oriundos da Lei 9618; obrigações assumidas pelas Prefeituras Municipais e números de construções financiadas". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Requerimento de autoria do Deputado Algaci Túlio, no seguinte teor:

"Com fulcro nas disposições Constitucionais, REQUER, licença do seu mandato parlamentar para assumir, interinamente, a Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 02 de fevereiro a 10 de fevereiro de 1992, por ocasião da ausência do Senhor titular, arquiteto Jaime Lerner, que estará na Cidade de Berlim (Alemanha) participando de encontro de interesse desta Municipalidade". Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 18/92-G.P.-D.E.F., do Senhor Desembargador Luís Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Emenda Modificativa Corretiva ao Anteprojeto de Lei, encaminhado a esta Casa de Leis, através do Ofício nº 35/92, visando a exclusão da palavras EFETIVOS, inserida por um lapso, no art. 1º do referido Anteprojeto. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 190/92, do Senhor Rafael Iacotauro, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta, a partir de 1º de fevereiro do corrente, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata da presente Sessão, "Voto de Profundo Pesar", pelo falecimento do Senhor Irineu Fernando de Oliveira, ocorrido em São Paulo, no dia 14 último, requerendo-se, mais, que do ato seja informado a família enlutada (Av. Castelo Branco, 3806 - Ap 1401 - Umuarama/PR).

Curitiba, terça, em 18.02.92

Sala das Sessões, em 18.02.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O empresário Irineu Fernando de Oliveira, de 46 anos, foi morto no início da noite de sexta-feira (14/02) por dois menores. O empresário parou o Diplomata RO 1027 num semáforo no Brooklin, zona Sul de São Paulo, quando dois meninos aparentando 13 anos chegaram e atiraram a queima roupa. Irineu era proprietário da Rádio Cultura de Umuarama, e um dos maiores pecuaristas da região Norte do Paraná. Nascido no dia 09/10/46, o advogado era casado com a Senhora Vera Marcia Paro de Oliveira e deixou quatro filhos.

REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Garcia, que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos anais da Casa, "Voto de Profundo Pesar", pelo falecimento do Senhor José Carlos Lins Santos, ocorrido em Curitiba, no dia 23 p. p., requerendo-se, mais que do ato seja informado a família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.02.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A notícia do falecimento do Juiz de Direito, professor e advogado José Carlos Lins Santos, ocorrido na última quinta-feira, dia 23, causou um grande choque na comunidade umuaramaense, da qual fazia parte desde 1977, exercendo funções da mais alta importância. A sua morte provocou profunda tristeza a sua numerosa legião de amigos, que conquistou com sua simpatia, e a coletividade, à qual prestou valiosos serviços durante mais de uma década em que aqui viveu. Figura querida por todos, Lins era presença garantida nos acontecimentos da sociedade local, e o seu carisma e sorriso sempre estampado no rosto irradiavam alegria a todos que o rodeavam.

José Carlos Lins Santos deu verdadeiras lições de vida, como profissional de postura impecável no exercício das atividades como Juiz, como Professor de Direito e, acima de tudo, como ser humano.

Quem conviveu com ele, sabe que Lins não passou nem vai passar, pois fica gravado na lembrança de cada amigo seu a imagem de um irmão camarada, companheiro das horas felizes e dos momentos amargos, um companheiro que irradiava otimismo, sinceridade e idealismo.

Ele passa para a história de Umuarama, cidade que ele amou e para quem dedicou parte de sua vida; se foi, mas deixou suas idéias e o exemplo de humanismo a sua grande razão de viver. Umuarama não se es-

quecerá jamais de José Carlos Lins Santos, um nobre que lutou a vida inteira por suas justas. Nasceu no dia 15 de maio de 1943, em Curitiba; formou-se em Direito pela Universidade do Paraná em 1966; um ano depois foi nomeado Promotor Público Substituto na Comarca de Londrina; em 68 foi Juiz Substituto na Comarca de União da Vitória; em 70 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Entrância Inicial de Marechal Cândido Rondon; em 73 foi professor titular da cadeira de Direito Usual e Legislação Aplicada na Escola Técnica de Comércio David Carneiro, em Marechal Cândido Rondon; em 77, por merecimento, passou a titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Entrância Intermediária de Umuarama; fez parte do Lions Clube de Umuarama; desde 1980 foi professor titular de Direito Civil e Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Umuarama; foi Coordenador de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Umuarama. Foi diretor do Forum de nossa Comarca. Lins Santos deixa a esposa Regina Maria e os filhos Paulo Eduardo e Paulo Henrique, advogados, e Ana Paula, estudante.

REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, seja consignado na Ata da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado, Francisco Escorsin, ocorrido no dia 05/01/92, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.02.92

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Tendo sido Coletor de Imposto e Prefeito do Município de Assaí, foi eleito Deputado, por diversas legislaturas, e nós tendo convivido com este nobre homem, nesta Casa de Leis, não poderíamos deixar de enaltecer, embora tardiamente, as grandes qualidades de um dos mais nobres e atuantes Deputados que tiveram acento neste Parlamento.

Vindo de ilustre família paranaense, soube elevar seu nome aos mais longínquos Municípios, atendendo a todos quantos lhe procuravam, não importando que fossem de seus Municípios, ou apenas encaminhados por pessoas que o conheciam e mandavam outras com a certeza de que ao baterem às portas do Gabinete do Nobre Deputado Francisco Escorsin, jamais deixariam de ser atendidas.

Atendia bem a todos que o procuravam, independente de credos políticos ou religiões, e atendia principalmente os mais desvalidos da sorte, que vinham a procura de lenitivo para seus males, e que nunca

deixaram de ser atendidos.

Vítima de lamentável acidente, ficou impossibilitado por motivo de saúde, de dar continuidade às suas lides políticas, que era como o ar que respirava.

Seu exemplo de dedicação, companheirismo, patriotismo e humildade, deixam um exemplo a ser seguido por todos nós.

O seu passamento vem deixar, para sua família, amigos e correligionários, um exemplo de virtude, e uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Domingos Bertaioli, ocorrido em Francisco Beltrão. Requer, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada e à direção das rádios Educadora AM e FM.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Domingos Bertaioli chegou a Francisco Beltrão por volta de 1966 com uma proposta de compra da então Rádio Colméia. Representava um novo grupo que estava interessado em trabalhar pelo progresso radiofônico regional. Sua função, na sociedade, seria a de organizar e manter tecnicamente a emissora.

Aos poucos, porém, os sócios deixaram a administração geral da Rádio Princesa - denominação que tomou a partir da mudança de proprietários - nas mãos competentes de Domingos Bertaioli que permaneceu no posto até meados de 1974, quando retirou-se da sociedade para liderar outro grupo que desejava ingressar no ramo das comunicações, surgindo desse trabalho, a Rádio Educadora de Francisco Beltrão AM, logo seguida da estação de FM. Já em meados de 1987 viu-se obrigado a deixar muitas de suas funções na direção das emissoras, acometido de séria doença que, por fim, o venceu. Respeitado e admirado como técnico e administrador, Domingos Bertaioli deixou muita saudade nos inúmeros amigos que soube forjar ao longo de sua vida.

REQUERIMENTO Nº 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que seja registrado voto de congratulações ao Senhor Tenente Coronel de Infantaria Saul Zardo Filho, pela assunção do Comando do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada - Apucarana, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18.02.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O militar a que se reporta o presente requerimento é paranaense e tem na legendaria Cidade da Lapa seu berço natal.

De currículo brilhante o Tenente Coronel Saul Zardo Filho é detentor de cursos de formação de maior relevância na carreira de armas, desempenhou funções das mais importantes em vários Estados da federação e detém as condecorações das Medalhas Militares "de Prata" e "do Pacificador".

A unidade do Ministério do Exército sediada na Cidade de Apucarana tem permanentemente no desempenho de suas missões, zelado pela segurança daquela região norte-paranaense e os seus comandos sempre mantiveram um relacionamento harmônico com as autoridades estaduais e locais.

Cumprindo essa tradição estamos certos que o Comando do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, agora sob as ordens de um Oficial Militar de incontestável capacidade e filho de nossa terra estreitará ainda mais a cordialidade já existente com os homens públicos da região.

REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente,

O Deputado JOÃO ARRUDA que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações com o semanário "Folha do Sudoeste", da Cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Folha do Sudoeste", é uma das mais autênticas legendas da imprensa sudoestina. Teve sua origem no antigo e sempre lembrado "Tribuna do Sudoeste". Passou por algumas mudanças e transformações; o antigo proprietário deixou Francisco Beltrão e o jornal continuou a circular; mudou sua denominação apenas e tão somente por questões comerciais, continuando a chegar aos leitores com as suas notícias e opiniões, fiel à sua origem.

Não foram poucas as lutas para mantê-lo vivo; e muitos foram os momentos em que a equipe pensou que chegara a hora de parar. A estranha força de sua origem, porém, o manteve vivo para que Francisco Beltrão pudesse, ao longo de tantos anos, orgulhar-se também da "Folha do Sudoeste".

REQUERIMENTO Nº 002

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Voto de Louvor ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar SOCRATES DA COSTA MONTEIRO, pelo elevado espírito público atendendo o Aero Clube de Arapongas que reivindicou a doação, pelo

Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica, de um avião de treinamento destinado a formar jovens arapongenses e norte-paranaenses na difícil arte da aviação civil.

Que a doação da aeronave modelo "AERO-BUERO", prefixo PP-FAY, por certo ajudará grandemente a formação de pessoas aptas para o processo produtivo ligado a aeronáutica.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER formação de Comissão de Deputados representantes do Noroeste paranaense, com a finalidade de promover estudos, exposições e projetos que viabilizem alternativas agrícolas e agro-industriais para a referida região.

Número de Deputados: 03 (três).

Prazo de duração 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO Nº 001

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor JOSÉ FRANCISCO REZEK, apelando para que Sua Excelência envide esforços junto a Presidência da República no sentido de se viabilizar a construção de uma segunda ponte ligando a cidade brasileira de Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Este, no Paraguai.

A atual "Ponte da Amizade", realização do inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek, idealizada para ligar e intensificar o comércio entre os dois Países, está hoje com sua capacidade de atendimento inteiramente esgotada.

E que o fluxo do turismo na região, por si só congestionava a referida ponte e com isso prejudica não só essa fatia de usuários, mas enormemente o trânsito dos veículos de carga que entram ou saem do Paraguai.

Com o advento do MERCOSUL, que extinguirá as barreiras entre o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai serão ativadas e o acesso ao Paraguai pela atual "Ponte da Amizade", grandemente prejudicado.

Para resolver este problema, a iniciativa privada idealizou uma obra de engenharia que se constituirá de outra ligação, unindo os dois Países através de ponte projetada com 1.000 metros de extensão. Os investimentos são calculados hoje em

US\$ 35 milhões.

No dia 11 do mês em curso, delegação liderada pelo Governador de Alto Paraná, no Uruguai, Gregório Ramon Morales, manteve encontro com o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e com Deputados paranaenses, bem como com sua Excelência o Senhor Governador Roberto Requião, para incrementar o debate sobre essa necessidade.

O benefício da obra é incontestável, mas para sua consecução, necessário se faz que tal assunto seja de pronto tomado pelos Ministérios do Exterior do Brasil e do Paraguai através dos seus Chanceleres; razão porque requer-se o presente.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 006

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente do Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar estudos para a construção de uma sub-delegacia no Distrito de Vila Alta, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vila Alta, localizado no Município de Umuarama, foi emancipado através da Lei nº 9.242, de 09.05.90, cujo plebiscito foi realizado em 25.03.90, e portanto, após a eleição próxima, será transformado no mais novo município do Paraná.

Isto posto, é compreensível que apesar da decisão da população e da garantia do texto da Lei, o "neo" município não detém em algumas áreas da administração pública, de plenas condições de funcionamento, como por exemplo, na questão da segurança. Solicita urgentes medidas do Governo do Estado na construção de uma sub-delegacia, com cela, sala de Direção, sanitário e demais dependências condizente com as necessidades locais.

Portanto, reivindico uma análise criteriosa e a conseqüente decisão da realização da obra.

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente

de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de SÃO PIO X, criado pela Lei nº 1.877, de 17 de dezembro de 1991, no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora pedida junto ao egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado se encontra consubstanciada e justificada no anseio popular de que seja o referido Distrito Administrativo qualificado em Distrito Judiciário, devido ao elogiável desenvolvimento ali constatado. Além do que, ressaltamos que o atendimento de nossa solicitação em muito beneficiará a respectiva população.

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de JACUTINGA, criado pela Lei nº 1.876, de 17 de dezembro de 1991, no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora pedida junto ao egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado se encontra consubstanciada e justificada no anseio popular de que seja o referido Distrito Administrativo qualificado em Distrito Judiciário, devido ao elogiável desenvolvimento ali constatado. Além do que, ressaltamos que o atendimento de nossa solicitação em muito beneficiará a respectiva população.

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de JACARE, criado pela Lei nº 1.876, de 17 de dezembro de 1991, no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora pedida junto ao egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado se encontra consubstanciada e justificada no anseio popular de que seja o referido Distrito Administrativo qualificado em Distrito Judiciário, devido ao elogiável desenvolvimento ali constatado. Além do que, ressaltamos que o atendimento de nossa solicitação em muito beneficiará a respectiva população.

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais;

Considerando, que no quilômetro 73, da Rodovia 376, Ponta Grossa à Curitiba, está localizado o Posto Texano III, o qual possui grande movimento de veículos de passeio e cargas,

Considerando, quem desloca-se no sentido Curitiba à Ponta Grossa e pretende abastecer ou fazer refeições, está impossibilitado face não existir retorno regular, possuindo somente irregular, ocasionando acidentes não raros fatais.

Considerando, que a construção de retorno regular é uma reivindicação antiga não só dos proprietários vizinhos como de inúmeros motoristas,

Considerando, que o proprietário do imóvel, Sr. Olívio Scheidt, cede o imóvel para a construção do retorno, em caráter irrevogável e gratuito,

REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. ANTONIO CARLOS PERRUCI LOUREIRO ALVES, Diretor do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - DNER, setor Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes, Q-03. Lote A, 4º Andar, CEP 70062, Brasília, Distrito Federal;

EDY NAKAMURA, Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, Av. Vitor Ferreira do Amaral S/Nº CEP 82800, Curitiba, Paraná.

Solicitando estudos no sentido da viabilidade para a construção de "retorno" no kilometro 73, da Rodovia 376, Ponta Grossa Curitiba - Ponta Grossa.

Requer outrossim, que da decisão seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Olívio Scheidt, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 18.02.91.

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de Expediente ao Senhor Roberto Requião, visando a instalação da ZPE PARANAENSE no sudoeste do Estado, haja vista a sua adequação para abrigar um par-

que agroindustrial e a sua situação com a futura instalação do MERCOSUL.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal está autorizando a implantação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) no Território Nacional.

As ZPEs foram criadas para estimular a implantação de indústrias em regiões carentes, visando o seu desenvolvimento. Por seu turno, o Estado do Paraná, ao contrário de outros quatorze (14) Estados da Federação, só agora se dá conta da importância destas Zonas de Processamento. O Rio Grande do Sul, por exemplo, embora já contemplado com uma ZPE na cidade de Rio Grande, está pleiteando uma segunda ZPE na cidade de Uruguaiana, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, com os olhos voltados para o Mercosul.

Em recente reunião realizada no Palácio Iguaçu entre o Senhor Governador do Estado e um dos diretores da Associação de Comércio Exterior do Brasil, o Governador do Estado manifestou sua intenção de implantar uma destas zonas no Paraná. Entretanto, cumpre-nos salientar, que entre outras iniciativas tomadas neste sentido, encaminhamos expediente, aprovado por este plenário, no dia 09 de agosto de 1991, a Secretária Nacional da Economia, Dorotéia Verneck, solicitando a implantação de uma ZPE na região sudoeste do Estado.

As ZPEs oferecem inúmeras vantagens para a instalação de empresas de grande porte, entre as quais destacamos as seguintes:

1) As empresas podem dispor livremente dos lucros e divisas obtidos da exportação, sem a interferência do Banco Central;

2) As empresas terão liberdade de importação;

3) Cada ZPE terá sua própria gestão, cabendo as administrações estadual e municipal a criação da infra-estrutura necessária a sua implantação, ou seja, a doação de terrenos e a urbanização.

Mais do que isso, as empresas que se instalarem nestas zonas estarão isentas do imposto de importação, do imposto sobre a propriedade industrial, do FINSOCIAL, do imposto sobre operações financeiras, e do adicional de frete para a renovação da marinha mercante. Vale destacar que a produção das empresas nelas instaladas é voltada exclusivamente para o mercado externo.

Assim sendo, queremos, a partir de agora, demonstrar a viabilidade e a prioridade da região Sudoeste do Estado para abrigar a ZPE paranaense. Esta é uma oportunidade há muito esperada pelo povo sudoestino.

Mais do que isso: com a futura concretização do MERCOSUL, a agroindustrializa-

ção da região passa a ser condição indispensável para garantir a participação do Estado neste mercado comum em pé de igualdade, na medida em que vai propiciar um aumento de produtividade.

Consideramos este o mais forte dos argumentos em favor da agroindustrialização do Sudoeste.

Se medidas concretas não forem tomadas, a constituição do Mercado Comum entre os Países signatários do MERCOSUL implicará em sérios prejuízos para os setores produtivos de regiões econômicas para as quais as novas condições de concorrência são, a curto e médio prazo, adversas.

Baseados nesta constatação, o que estamos propondo com a criação da ZPE na Região é mais do que a instalação de agroindústrias.

Estamos propondo uma política governamental capaz de neutralizar os efeitos negativos que o MERCOSUL poderá trazer a toda a economia paranaense.

Utilizando como fonte de informação recente trabalho realizado pelo SEBRAE/PR - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná -, denominado perfil sócio econômico dos municípios integrantes da AMSOP, entendemos que o desenvolvimento agroindustrial deve, necessariamente, envolver ações em toda a cadeia produtiva. Tomemos como exemplo a agroindustrialização de suínos: seus produtos finais (carne e embutidos) somente terão chances de serem comercializados em regime de competitividade, se todas as demais atividades que compõem a cadeia produtiva também forem competitivas. A industrialização de suínos, portanto, será economicamente viável se assim o forem também a suinocultura, as fábricas de rações, e a agricultura do milho. Avançado ainda mais na cadeia produtiva, afirmamos que a agricultura somente será competitiva, se seus fornecedores de insumos, implementos agrícolas, apoio em pesquisas, assistência técnica e política Governamental forem eficazes.

É isto justamente o que estamos propondo: o desencadeamento de uma política governamental que tem como ponto de partida a criação da ZPE na região, concomitantemente com o aumento da produtividade, criando condições para que possamos enfrentar em pé de igualdade nossos concorrentes sulamericanos.

O mesmo se aplica a agroindustrialização do milho: o milho é um produto que encontra condições para ser cultivado na região e, além disso, faz parte da cadeia produtiva da agroindústria de suínos e aves. A baixa produtividade do milho na região em relação a Argentina poderá ser revertida mediante a simples adoção das técnicas corretas de cultivo. É o que pode ser constatado pela experiência da Batavo

que vem obtendo uma produtividade de seis mil quilos de milho por hectare plantado, superior, portanto, a média paranaense. Sabemos que boa parte do milho produzido será transformado em carne, diretamente pelo produtor, ao misturá-lo com o concentrado na confecção da ração, porém o excedente será comercializado propiciando o abastecimento de uma unidade agroindustrial na região.

Também a soja merece destaque: a instalação de agroindústrias na região que sejam ligadas ao setor seria condição para o aumento da produtividade, entendendo-se neste caso industrialização como sendo produção de óleo de soja degomado a farelo peletizado. Atualmente, da parcela industrializada 39% fica no Paraná, 33% é encaminhada para outros Estados, e 28% é exportada. As respostas das pesquisas indicam que não existem grandes problemas com a mão-de-obra empregada, sendo que há boas intenções de investimento no setor: média de três milhões de dólares ao ano.

Finalmente, outro exemplo é o que diz respeito a agroindustrialização do leite, a produção média de 1.085 litros/vaca/ano registrada no sudoeste está muito aquém da produção Argentina de 2.201 litros/vaca/ano.

Permanecendo neste nível de produtividade este setor poderá ficar comprometido.

Ao inserirmos o leite como sugestão agroindustrial para a região, levamos em consideração a possibilidade de reverter este quadro. Isto é possível através da implantação de agroindústrias fortes e preocupadas não somente com o seu lucro, mas também com o lucro do produtor de leite, a exemplo das cooperativas Batavo e Witmarsun.

Além disso a região possui condições físico-climáticas favoráveis a exploração da atividade leiteira, possibilitando o fornecimento de matéria prima para a produção de queijo, manteiga, iogurte, requeijão cremoso, e outros produtos lácteos de maior valor agregado.

Assim sendo, gostaríamos de ressaltar a adequação da região Sudoeste do Estado para abrigar a ZPE paranaense, haja vista suas irrefutáveis vantagens, entre as quais destacamos a matéria prima farta e próxima, a infra-estrutura existente, a facilidade de acesso ao mercado internacional, e a ausência de problemas no que se refere a mão-de-obra.

Além disso, a instalação da ZPE propiciaria a interiorização da indústria, fixando o homem no campo e evitando o inchaço dos centros urbanos, criando condições para que a região possa continuar a dar sua contribuição ao Estado e ao País quando da futura instalação do MERCOSUL.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente a Dra. Dorotêa Verneck, visando a implantação de Entrepósito Industrial Aduaneiro de Importação e Exportação na área abrangida pelos Municípios de Barracão, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita, Pérola D'Oeste, Planalto, e Capanema no Paraná, bem como Dionísio Cerqueira no Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em
(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Quando se começa a discutir de maneira concreta e objetiva a integração do Cone Sul, e no momento em que se viabiliza a criação das zonas de processamento e exportação, em estudos na Secretaria Nacional da Economia sob a denominação de Entrepósitos Industriais Aduaneiros de Importação e Exportação, nada mais justo do que pleitearmos a implantação de uma delas na área correspondente aos Municípios de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema, todos eles situados na fronteira entre o Paraná e a Argentina, assim como Dionísio Cerqueira no Estado de Santa Catarina.

Os Municípios acima citados têm dado grande contribuição para a economia de seus Estados, e nem sempre tem merecido a atenção que necessitam, tanto, da parte dos governos estaduais, quanto da parte do governo federal.

O Entrepósito Industrial Aduaneiro de Importação e Exportação que se pretende viabilizar, em muito beneficiaria os Municípios por ele abrangidos, bem como seus respectivos Estados, garantindo-lhes as vantagens advindas deste modelo de comércio, aproveitando a proximidade com os Países vizinhos, abrangendo desta forma todo um fluxo de comércio internacional.

A criação do Entrepósito Industrial Aduaneiro de Importação e Exportação na área em questão agilizará o funcionamento definitivo do Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira, devidamente criado e instalado, ligando estas cidades brasileiras a cidade argentina de Bernardo Irigoyen, formando um conjunto de três cidades gêmeas.

Já se encontram instaladas diversas repartições na área do Porto Seco, tais como Receita Federal, DNER, Banco do Brasil (CACEX), Ministério da Agricultura com seu Departamento Fitosanitário, Polícia Federal e outros órgãos de menor importância além de estar instalado em Bernardo Irigoyen, do lado argentino, vice consulado brasileiro.

O fluxo internacional de pessoas, mercadorias e serviços proporcionará um grande avanço para as Regiões Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, integrando-as definitivamente ao Norte da Argentina, Sul do Paraguai e ao Chile, favorecendo sensivelmente a utilização dos portos brasileiros, aos quais é garantido o acesso mais rápido e com segurança via BR-163, BR-373 e a RUTA 17, todas asfaltadas e dando acesso a grandes centros produtores e consumidores de todos os países envolvidos.

Assim sendo, finalizamos certos do apoio dos Nobres Pares nesta Casa de Leis, bem como da especial atenção que será dispensada a este Requerimento pela Dra. Dorotêa Verneck, para que em breve possamos ver concretizada a criação e a instalação do Entrepósito Industrial Aduaneiro de Importação e Exportação, em respeito as legítimas aspirações das comunidades por ele abrangidas e em apoio a efetiva concretização do MERCOSUL, que temos certeza, será o marco de uma nova era de progresso e desenvolvimento para o Paraná, para o Sul do Brasil e para toda a Nação.

ENDEREÇO:

Ilma. Sra.

DOROTEA VERNECK

DD. Secretária Nacional da Economia

Esplanada dos Ministérios

Bloco P - Brasília (DF)

CEP - 70.048

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da República, Fernando Collor, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Reinhold Stephanes e ao Presidente do INSS, Cesar Eugênio Gasparin, solicitando o imediato cumprimento dos benefícios concedidos pela Lei 8.213/91, de 24 de julho de 1991, conforme o artigo 202, inciso 01 da Constituição Federal, e o artigo 59, parágrafo único, das disposições transitórias, que se refere aos benefícios da Seguridade Social, especificamente aos trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Ernani Pudell, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Os prazos previstos para aplicação dos benefícios não foram cumpridos, inclusive o prazo para a regulamentação. Entre outros benefícios nas leis e regulamentos constam na aposentadoria dos trabalhadores rurais e proprietários em regime de economia familiar, garantindo o direito de re-

ceber o benefício (aposentadoria) o homem ao completar 60 anos e a mulher ao completar 55 anos.

A aposentadoria dos trabalhadores rurais, (homens e mulheres) foi reivindicada durante vários anos sendo enfim conquistada na Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988.

A própria Constituição Federal no seu artigo 202 e no artigo 59 das Disposições Transitórias deram também um prazo de 12 meses, a contar da data da promulgação para que fosse criada uma lei que garantisse a implantação dos benefícios nos 18 meses seguintes.

Somente em 24 de julho de 1991, 22 meses depois do prazo estabelecido, o Governo publicou a lei 8.213, onde a contribuição dos pequenos agricultores foi aumentada de 2,5 para 3,0% sobre o valor dos produtos, o que em muitos lugares passou a ser cobrada imediatamente. Essa lei previa que até 24 de setembro de 1991 o Governo devia regulamentar os benefícios, outra vez o prazo não foi cumprido.

Finalmente no dia 07 de dezembro de 1991 saiu a regulamentação da dita lei, onde se tinha esperança de que tudo estava pronto para os agricultores aposentarem-se.

Agora o Governo alega a falta de uma normatização interna do regulamento para que as agências dos Correios e o INSS concluam os processos das aposentadorias para os trabalhadores rurais. Porém no dia 02 de janeiro de 1992 o então Ministro Magri assinou a Portaria 3.003, que é dita normatização que não está sendo cumprida, por isso exigimos o imediato cumprimento dos benefícios aos trabalhadores rurais (homens e mulheres).

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 011/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Vereador SADY MARCONDES LOUREIRO, a rodovia PRT 449, que liga os Municípios de Palmas a Manguaírinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Palmense, povo honrado, ativo, que faz "jus" a carinhosa denominação de Pê Vermelho, exemplo deste povo SADY MARCONDES LOUREIRO, nascido em Palmas, no Estado do Paraná, no dia 21 de agosto de 1905.

Político atuante na região, SADY LOUREIRO, foi Vereador e Presidente da Câmara

Municipal de Palmas, além de Presidente do Diretório Municipal do PSD por vários períodos.

Quando da Fundação da Cooperativa Agropecuária Palmense, foi ativo sendo sócio fundador, e exercendo o cargo de Vice-Presidente.

Pelos seus feitos, o reconhecimento da Comunidade aconteceu em 1984, recebendo do então Prefeito Municipal Dr. José Maria de Araújo Perpétuo a honraria da medalha do mérito Palmense, a mais alta comenda do Executivo Municipal.

Cumprida sua missão na terra, o Todo Poderoso convida-o a fazer parte de seu reino, acontecendo seu falecimento em 17 de agosto de 1988.

PROJETO DE LEI Nº 012/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Os adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos somente poderão ser comercializados e utilizados no Estado do Paraná após aditivados com agente repulsivo.

Artigo 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a, num prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, decretar medidas que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento da presente lei.

Parágrafo Único - Fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias para que a indústria e o comércio possam se adequar à presente lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo fixar normas para a comercialização e utilização de adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos (a cola de sapateiro). Estudos realizados pela Universidade Federal do Paraná indicaram que o agente químico PARAFORMOL utilizado como repulsivo, pode inibir a prática da inalação da cola com fins psicotrôpicos por menores, evitando assim, lesões graves e irreversíveis às células hepáticas e cerebrais.

Considerando a obrigação imposta pela Constituição Federal em seu Art. 23, II, ao Estado de zelar, junto com a União e os Municípios, sobre questões relativas à saúde pública, assim como também pela infância e adolescência brasileiras, protegendo-as da marginalização, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, incumbe o Estado agilizar ações para refrear o ritmo acele-

rado de degradação desse segmento da nossa sociedade.

Milhares de crianças comprometem seu futuro, todos os dias, consumindo irregularmente a cola de sapateiro como psicotrópico e inúteis parecem ser as ações públicas e privadas para mudar esse quadro. Neste momento, surge a oportunidade de desestimular a prática de inalação dessa substância, abrindo mais uma esperança para formação e educação dessas crianças (mediante outras ações também do Poder Público).

Discutindo e aprovando este Projeto, o Poder Legislativo estará demonstrando, de forma inequívoca, seu zelo pela formação do menor e pela sua formação para exercício pleno da cidadania responsável.

PROJETO DE LEI Nº 013/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Os órgãos da administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquicas ficam obrigados a instituir no âmbito das suas repartições, setor especial que priorize o atendimento de idosos, portadores de deficiências e gestantes.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo será regulamentado por decreto do Poder Executivo, até noventa (90) dias após a publicação em órgão oficial, da aprovação da presente Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os Artigos 203 e 227 (inciso II) da Constituição Federal, além de outros que integram a Constituição do Estado do Paraná.

Estamos prestando uma grande injustiça aos idosos, portadores de deficiências e gestantes, expondo-os às variadas dificuldades em filas de órgãos públicos, tais como Bancos, Institutos de Previdência e outros da iniciativa privada, conhecendo sua situação física, muitas vezes debilitada.

Por outro lado, a Lei nº 7.853, em seu art. 2º, preconiza a obrigação "do estado assegurar às pessoas portadoras de deficiências o pleno exercício de seus direitos básicos...".

PROJETO DE LEI Nº 014/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Curitiba, terça, em 18.02.92

Pública a Fundação Municipal PROAMOR de Assistência ao Menor, com sede e foro na rua Ricardo Wagner, 285, em Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação PROAMOR instituída pela Lei Municipal nº 4.036 de 24 de agosto de 1987, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, tendo como objetivos gerais centralizar a captação de recursos financeiros e materiais destinados a prover o atendimento da criança e do adolescente de Ponta Grossa, através de convênios de cooperação técnica e financeira promover o repasse de recursos financeiros, materiais e técnicos às entidades de assistência ao menor, regularmente constituídas no Município, para sua manutenção e execução de planos e projetos de obras e serviços que possibilitem a melhoria, a ampliação e a capacitação das instituições para o atendimento dos seus objetivos.

A Fundação PROAMOR, em 1990, sentindo a necessidade da implantação de novas creches, iniciou uma rede própria de creches para crianças carentes. Hoje já possui 04 em funcionamento, mais duas prestes a serem inauguradas, e com projetos para mais 04 até o final deste ano, devendo atingir 10 creches próprias.

Todas as entidades de assistência à criança e ao adolescente de Ponta Grossa, hoje com número de 43, são assistidas pela Fundação PROAMOR que repassa, mensalmente, recursos para pagamento de pessoal, são 200 funcionários que trabalham nestas entidades, bem como equipamentos, material didático, alimentação e vestuário. Ainda presta assistência técnica no treinamento e qualificação do pessoal, no gerenciamento e na estruturação das entidades.

Hoje, cerca de 4.000 crianças e adolescentes são abrangidos pelo atendimento da Fundação PROAMOR.

Essas são as razões que proponho o reconhecimento de declaração de utilidade pública, por Lei Estadual.

Este projeto de lei, conforme documentos anexos, preenche os requisitos da Lei 6994/78.

PROJETO DE LEI Nº 015/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido que só poderão ser comercializados e utilizados adesivos químicos de contato, à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos, devidamente aditivados com agentes (repulsivos) capazes de inibir a utilização indevida do produto.

Art. 2º - A fiscalização e a autorização para o aditivamento serão de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, a qual fornecerá a codificação necessária para a comercialização.

Parágrafo Único - Todas as embalagens deverão conter a respectiva identificação por etiqueta e codificação.

Art. 3º - A indústria e o comércio terão prazo de até 60 (sessenta) dias para ajustarem-se à presente Lei.

Parágrafo Único - Terminado aquele prazo, o estoque remanescente deverá ser recolhido obrigatoriamente, dentro de 10 (dez) dias, aos órgãos da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta Lei, sujeita o infrator, além da responsabilidade civil e criminal, à cassação do respectivo alvará de funcionamento do estabelecimento, seja ele produtor, comerciante ou prestador de serviços.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoiamento: Mário Bezerra, João Arruda, Algaci Túlio, Paulo Maia e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

Apoiado em recente Decreto Municipal, da Prefeitura Municipal de Curitiba, que torna obrigatório o aditivamento de substância repulsiva a todos os adesivos químicos de contato, à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos, a popular "Cola de Sapateiro", apresentamos o presente Projeto de Lei que visa estender a mesma obrigatoriedade a todo o Estado do Paraná.

É de conhecimento geral que a inadequada utilização da "Cola de Sapateiro" ocasiona graves e irreversíveis lesões cerebrais e hepáticas no ser humano.

Da mesma forma, sabe-se que são principalmente os menores abandonados que utilizam a referida cola como substância psicotrópica, causando-lhes desvio de comportamento e levando a criança a uma dependência física e psicológica, retardando seu desenvolvimento e induzindo-a, muitas vezes, à prática de pequenos delitos e crimes, "embaladas" pelos efeitos alucinó-

genos da droga.

A imprensa tem noticiado diariamente a existência de indivíduos e até mesmo quadrilhas especializadas, que, aproveitando-se da situação de abandono dos menores, fornecem-lhes a droga, viciando-os e utilizando-os para a prática de crimes.

A obrigatoriedade da adição de um agente inibidor, que, em razão de sua composição, cause sensação desagradável e cheiro repulsivo, certamente reduzirá a utilização da "cola de sapateiro" como substância tóxica.

Por estas razões, entendo que o projeto deva merecer o apoio dos nobres Pares para a apreciação e aprovação nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 016/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei n. 9.300, de 18 de junho de 1990, alterado pela Lei n. 9.506, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o município de Flor da Serra do Sul, com território desmembrado de Barracão, Salgado Filho e Marameleiro, com o seguinte memorial descritivo dos limites e confrontações:

"Partindo da foz do rio Arrozal, no rio das Águas, segue a montante do rio Arrozal, até encontrar a divisa dos lotes 06 e 07 da gleba 31, Imóvel Flores e Conceição; deste, segue por uma sanga que divide o lote 07 dos lotes 19, 18 e 17 da gleba 31FC; deste, segue por linha seca, que divide os lotes 07, 08, 10 e 12 dos lotes 15 e 14 da gleba 31FC; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 53 da gleba 37FC dos lotes 61 e 53 da gleba 31 FC; deste, segue por linha seca, que divide o lote 53 da gleba 37 FC dos lotes 53 e 52 da gleba 31FC; deste, segue a jusante da sanga Abreu, que divide os lotes 53 e 54 da gleba 37FC dos lotes 51 e 50 da gleba 31FC; deste segue por uma sanga, que divide o lote 54 do lote 57 da gleba 37 FC; segue por linha seca, que divide os lotes 56, 96 e 67 dos lotes 57, 58, 59, 80, 81, 82 e 66 da gleba 37FC; deste, segue por uma sanga, que divide o lote 67 do lote 66 da gleba 37FC; deste, segue pela sanga Fortuna e divide os lotes 75, 70 e 68, dos lotes 66, 65 e 64, até encontrar o rio Tamanduazinho; deste, segue a montante do referido rio até encontrar a divisa dos lotes 74 e 65 do polígono A da fazenda Separação, deste, segue por uma sanga que divide os lotes 65 e 64 dos lotes 74 e 73 do polígono A da fazenda Separação, deste segue por linha seca que divide o lote 64 do lote 73 do mesmo polígono, até encontrar a PR-182, que liga Salgado Filho à Flor da

Serra, deste segue pela rodovia no sentido Salgado Filho à Flor da Serra, até encontrar as divisas dos lotes 60 e 65 A, deste, segue por linha seca que divide o lote 60 do lote 65 A do polígono A da Fazenda Separação; deste, segue por uma sanga que divide o lote 57 dos lotes 65 A, 66 e 67 do mesmo polígono, até encontrar o rio Tamanduã, deste, segue a jusante do referido rio até encontrar o lajeado Gaúcha, deste, segue a montante do referido lajeado, que divide os lotes 86, 85 e 83 do polígono C dos lotes 98, 100 e 102 do polígono D da Fazenda Separação; deste segue por linha seca, que divide os lotes 103, 104, 108, 111, 113, 84 e 82 dos lotes 102, 105, 106, 107, 112, 114, 79 e 81, todos os polígono D da Fazenda Separação até encontrar o rio Encantilhado; deste, segue a jusante do referido rio, até encontrar a foz de uma sanga na divisa dos lotes 81 e 61 do polígono D da Fazenda Separação; deste, que segue a montante da referida sanga que divide os lotes 62, 64, 66 e 68 dos lotes 61, 60, 59, 58 e 57 do polígono D da Fazenda Separação; deste segue pela mesma sanga que divide o lote 18 dos lotes 9, 17 e 33 da gleba 14 do imóvel Nova Perseverança, deste, segue por linha seca que divide os lotes 18 e 20 da gleba 14NP dos lotes 44, 21 e 22 da gleba 14NP e lote 155 da gleba 13NP, deste, segue por linha seca, que divide o lote 72 da gleba 11NP do lote 115 da gleba 13NP, até encontrar o rio Bonito; deste, segue a jusante do referido rio até sua foz no rio Marrecas, deste, segue a montante do rio Marrecas até encontrar o rio Verde, deste, segue a montante do referido rio, até encontrar o rio São Roque, que divide a gleba 08NP da gleba 05NP, até encontrar a divisa dos lotes 179 da gleba 08 NP e lote 72 da gleba 05 NP; deste, segue por uma linha seca, que divide o lote 179 da 08NP dos lotes 72 e 73 da gleba 05NP, até encontrar a divisa do Estado do Paraná com Santa Catarina, deste, segue pelo divisor do Estado no sentido oeste, até encontrar as divisas dos lotes 120 e 117 da gleba 32 imóvel Flores e Conceição; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 120 dos lotes 73 e 71 da gleba 32FC, deste, segue por linha seca que divide os lotes 72 e 63 do lote 107 da gleba 32FC, deste, segue pela sanga Santo Angelo, que divide os lotes 62, 60, 61, 59, 58, 64, 56, 55, 45 e 26 dos lotes 107, 44, 42, 39, 40 e 23 da gleba 32FC; deste segue por uma linha seca que divide o lote 26 dos lotes 23 e 109 da gleba 32FC, até encontrar uma estrada; deste, segue pela referida estrada que divide o lote 25 do lote 109 da gleba 32FC até encontrar a sanga Tamanduã, deste, segue a jusante da referida sanga, que divide a gleba 32FC da gleba 33FF, até sua foz

Curitiba, terça, em 18.02.92

no rio das Águas; deste segue a jusante do referido rio até encontrar a divisa dos lotes 04 e 01 da gleba 33FC; deste, segue por uma linha seca que divide os lotes 04, 07, 56 e 34 dos lotes 01, 03, 43, 25, 53, 55 e 54 da gleba 33FC; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 34 da gleba 33FC do lote 21 da gleba 34FC, até encontrar a sanga Santa Emília; deste segue a montante da referida sanga que divide os lotes 34 e 73 da gleba 33FC dos lotes 20 e 21 da gleba 34FC, deste, segue por linha seca, que divide o lote 19 dos lotes 20, 21 e 09 da gleba 34FC, até encontrar o rio São Bento, deste, segue a jusante do referido rio, até sua foz no rio das Águas, deste, segue a jusante do referido rio até encontrar a foz do Rio Arrozal, ponto inicial desta descrição".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a lei n. 9506.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município em questão está formal e legalmente criado por lei, obedecida a vontade popular que por larga margem disse "sim" na consulta plebiscitária.

O objetivo deste projeto, portanto, é atender solicitação do IBGE, uma vez que já existe outra localidade com o nome de Flor da Serra. Assim acrescentamos a expressão "do Sul" com o propósito de denominar corretamente o novo município.

Por outro lado, ficará corrigido em lei as reais divisas, limites e confrontações, através de memorial descritivo, de acordo com a Resolução que autorizou o plebiscito desta nova unidade político-administrativa.

PROJETO DE LEI Nº 17/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o município de SAUDADE DO IGUAÇU, conforme resultado favorável do plebiscito realizado em 29 de dezembro de 1.991, desmembrando-o do Município de Chopinzinho, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

"Com o Município de Laranjeiras do Sul:

Começa na foz do Rio Queixo da Anta no Rio Iguaçu, subindo pelo talvegue do Rio Iguaçu até encontrar a foz do Rio Dória.

Com o Município de Chopinzinho:

Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Dória, subindo pelo Rio Dória até encontrar a linha divisória da Gleba 13 Chopinzinho, lote 68, com a Colônia Passo do Sol, segue por esta linha seca e reta no

sentido geral leste/oeste, alcançando a divisa da Colônia Mirim, com os lotes 43, 44 e 48 (inclusive) na Gleba 13 Chopinzinho até encontrar a linha de divisa da Fazenda Fartura com a Colônia Mirim, deste ponto segue pelo perímetro da Fazenda Fartura (inclusive) até encontrar o travessão geral do imóvel Chopinzinho, divisa entre os municípios de Chopinzinho e Sulina.

Com o Município de Sulina:

Começa no ponto de encontro da linha divisa da Fazenda Fartura com o travessão geral do imóvel Chopinzinho, seguindo por este sentido geral oeste/leste até a proximidade com a cabeceira do rio Queixo da Anta e por linha seca e reta, sentido geral sul/norte, divisa da Fazenda Fartura, até encontrar o Rio Queixo da Anta e por este segue abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Através de projeto anterior justificamos plenamente a criação do município de Saudade do Iguaçu. O soberano e Douto Plenário desta Casa de Leis aceitou a exposição de motivos aprovou a consulta plebiscitária.

O Presidente da Assembléia fez publicar a competente Resolução.

Por sua vez, o egrégio Tribunal Eleitoral do Paraná marcou o plebiscito para a data de 29 de dezembro do último ano.

Chamada a opinar a população da localidade, por esmagadora maioria, votou pelo sim, decidindo pela criação do novo município.

Em anexo a este projeto está uma fotocópia da ata dos trabalhos da Justiça Eleitoral, com todos os dados da consulta popular.

Este projeto, portanto, apenas complementa todo o processo de criação do município de SAUDADE DO IGUAÇU, que dentro em breve honrará as mais expressivas tradições deste Estado do Paraná como nova unidade político-administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ovídio Constantino.

Antes, esta Mesa Executiva quer saudar a chegada entre nós, ocupando uma das cadeiras da Assembléia, Deputado Osvaldo Trevisan, que assume em lugar de José Afonso Júnior, que assumiu a Secretaria Especial de Turismo do Estado. Seja bem vindo, Deputado.

Com a palavra, o Deputado Ovídio

Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com muita satisfação, que retornamos a esta Casa de Leis após o recesso Parlamentar. Recesso esse que tivemos oportunidade de realizar perto de uma centena de reuniões com Lideranças e com a população nas comunidades rurais, nos bairros e aproximadamente trinta municípios de várias regiões do Estado.

Esperamos que tenha sido esta a atitude de todos nós Deputados tendo essa oportunidade para ir até o povo que nos elegeu, não só aos nossos cabos eleitorais, as cúpulas partidárias nas cidades fazer churrascadas, mas lá nas comunidades rurais, nos bairros ouvir a população, para que ela possa ter o direito de conversar com o Deputado que elegeu.

Fazemos isso por entender que é uma das nossas funções, porque aqui apresentamos os anseios da população, e se aqui representamos, apresentamos e estamos aqui para atender as reivindicações populares, é nossa função nesses momentos de recesso ouvir a população do nosso Estado. É um compromisso nosso, faço isso pessoalmente por compromisso e também para que a população tenha a oportunidade de, não só nos momentos eleitorais, nas campanhas políticas, nos palanques ver os seus candidatos ou seus eleitos, mas também depois como ela não pode vir aqui, nós irmos até lá naqueles rincões, naquelas comunidades naqueles bairros pobres, nas favelas das cidades ouvir o que o nosso povo pensa, o que precisa, o que tem a nos exigir e reivindicar porque aqui estamos para representá-los diante do Poder Público.

Ouvimos nestas andanças, muitos problemas e reclamações da nossa população. Os quais nos manifestaremos aqui oportunamente desta tribuna. Quero hoje abordar um tema que ouvi grandes reclamações dos trabalhadores rurais do Paraná em quase todas as reuniões que nós fazíamos nas comunidades rurais a pergunta vinha: Deputado, o direito a aposentadoria da mulher aos cinquenta e cinco anos e o direito a aposentadoria ao trabalhador rural aos sessenta anos, que já está na Constituição desde 88, sai ou não sai? É direito nosso ou não é? Sobre esse tema que quero me pronunciar e solicitar a atenção dos nobres Deputados, para nos situarmos no tempo e no espaço e na Constituição, para que nós possamos juntos reivindicar este direito dos trabalhadores rurais. No Artigo n. 202 da Constituição Federal, promulgada em 5/10/88, diz o seguinte: "É assegurada a aposentadoria nos termos da Lei, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 últimos meses, dos 36 últimos

salários de contribuição corrigidos monetariamente mês a mês e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários.

Aos sessenta e cinco anos de idade para o homem, aos sessenta anos para a mulher, reduzindo em 20 anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos, e para exercerem as suas atividades em regime de economia familiar".

No dia 5 de outubro, na Promulgação da Constituição, foi promulgada esta Lei. No Artigo 59 das Disposições Transitórias, a mesma Constituição diz o seguinte: "Os projetos de lei, relativos à Organização da Seguridade Social e aos Planos de custeios de benefícios serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso, que terá seis meses para apreciá-los. Parágrafo Único - "Aprovado pelo Congresso Nacional nos planos serão implantados progressivamente nos dezoito meses seguintes".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta conquista dos trabalhadores rurais na Constituição não foi uma dádiva dos constituintes, não foi boa vontade, ou pena dos que lá estavam fazendo a nossa Constituição que aqui colocaram isto; foi uma grande luta, foi uma

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vai usar o horário da Liderança do PT.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta luta se deu de Norte a Sul deste País, considerando que o trabalhador rural começa o seu trabalho na lavoura muitas vezes aos cinco, seis, oito anos de idade, portanto aos sessenta e cinco anos ele já teria superado tudo o que a lei desse para as outras aposentadorias em termos de anos de serviço. Portanto, era um direito dele, até porque hoje ainda estudos dizem que a média de vida do brasileiro é de sessenta anos, portanto, não é lógico uma aposentadoria de quem desde aos oito, dez anos de idade começou a trabalhar, esperar chegar aos sessenta e cinco anos de idade para receber seu pagamento justo, digno pelos trabalhos prestados à Nação e ao povo brasileiro. Como a lei não foi regulamentada dentro dos prazos legais, as lutas continuam, até que em 24 de julho de 1991, vinte e dois meses depois que a Constituição e que a lei, a Constituição obrigava a regulamentação, enfim, esta lei foi regulamentada pelo Congresso Nacional; e o Governo publicou o decreto, ou melhor, a Lei n. 8213 que regulamenta os benefícios da Previdência, e que nesta mesma lei onde garante o direito da aposentadoria aos agricultores, da agricultora aos cinquenta

e cinco e do agricultor aos sessenta anos, implanta o aumento da arrecadação da Previdência do trabalhador rural, que foi este plano foi aumentado de 2,5% para 3%. Portanto, desde a regulamentação da lei, os trabalhadores rurais aumentaram a sua contribuição de dois e meio para 3% para a Previdência Social; no entanto, até agora não se concretizou o seu requerimento de pensão e de aposentadoria aos cinquenta e cinco e sessenta anos. Esta lei finalmente foi, os órgãos hoje da Previdência quando são procurados para que o agricultor requeira a sua pensão, a sua aposentadoria, não está normatizada ainda no INSS o pedido de aposentadoria.

No dia 07 de dezembro de 1991, saiu a regulamentação, saiu também o aumento da contribuição do agricultor, e ainda ocorre que a Lei n. 8213 de 24 de julho de 1991 estabelece o plano de benefícios da Previdência; na sequência sai o Decreto n. 357, de 07 de dezembro de 1991, que estabelece o cumprimento da lei, e finalmente sai dia 02 de janeiro de 1992 a Portaria do Ministro do Trabalho, a Portaria n. 3003, que determina a aposentadoria do agricultor e da agricultora, e ainda determina que os órgãos da Previdência aceitem o pedido dos agricultores para o seu auxílio e para o seu pedido de pensão e de aposentadoria. No entanto, até hoje nada vemos de concreto para que isso ocorra, tudo isso se faz enganando, se aproveitando da simplicidade, da ingenuidade até dos trabalhadores rurais, que pouca informação, que pouco acesso têm às leis para dizer que não está regulamentado, empurrar com a barriga e fazer com que o trabalhador perca o seu direito que está na Constituição já desde 1985.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os aposentados, tanto os trabalhadores rurais, como os outros aposentados que o Ministro da Previdência está ameaçando de mandar uma nova lei para o Congresso para impedir as aposentadorias já de direito, por tempo de serviço, não podem continuar sozinhos nesta batalha, nesta via sacra de pedir, de mendigar um direito constitucional que já está garantido. É preciso a nossa manifestação, é neste sentido que estamos querendo corrigir esta injustiça flagrante, constitucional que o Governo Federal está querendo fazer com os trabalhadores aposentados.

Nós estamos apresentando um requerimento nesta Casa de Leis, para solicitar apoio dos Senhores Deputados, que enviemos um requerimento ao Senhor Ministro da Previdência Social, ao Presidente do INSS e também ao Senhor Presidente da República para que se garanta os benefícios constitucionais aos trabalhadores rurais, através do artigo 202 da Constituição, através

da Lei n. 8213 que regulamenta os benefícios e que já o Governo está cobrando esta arrecadação que aumentou para arrecadar os tributos e não paga, não dá o direito, não aceita, o INSS não recebe o pedido de aposentadoria porque alega que não está normatizado e nós acabamos de ler aqui todos regulamentos, a Lei, o Decreto e a Portaria do Ministro que disciplina isso.

Portanto, essa Assembléia deve se manifestar, para que possamos exigir das autoridades competentes o cumprimento dessa lei e que o trabalhador rural tenha o seu direito garantido e respeitado.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço pelo aparte.

Quero acrescentar ao depoimento do Senhor Deputado, uma denúncia que chegou ao nosso conhecimento de que em novembro do ano passado, de 1991, o INSS, a nível nacional, cancelou cerca de 300 mil aposentadorias principalmente de trabalhadores rurais, as quais tiveram como causa do cancelamento, o fato de que esses trabalhadores, os beneficiários da previdência não se dirigiram até as agência do Correio e agências bancárias para receber uma diferença do seu benefício. Diferença essa que era até desconhecida pela grande maioria desses aposentados e com isso, o Diretor Geral do INSS, a nível nacional, determinou o cancelamento de cerca de 300 mil aposentadorias sem que houvesse qualquer culpa ou responsabilidade ou irregularidade por parte dos trabalhadores. E o que é mais grave ainda, nós tivemos conhecimento de que essas aposentadorias para serem restabelecidas, para que os nomes sejam novamente reincorporados no programa do DATAPREV, que faz a impressão dos cartões, nós teremos um espaço de tempo de até 6 meses. Ou seja, por uma questão de burocracia, infelizmente o Governo Federal colocou em situação de fome e miséria milhares e milhares de trabalhadores rurais no Paraná.

Quero apenas aqui, mais uma vez, lembrar, o que a "Folha de Londrina" traz hoje, a revolta, o desespero dos trabalhadores rurais do norte do Estado, do Município de Santa Cecília do Pavão onde estão passando fome aguardando há mais de 3 meses os seus pagamentos que foram cancelados por irresponsabilidade, incompetência do Governo Federal. E lembrar também aos Senhores Deputados, que nós enviamos, um ofício já ao Presidente Nacional do INSS, solicitando que esses pagamentos fossem feitos diretamente nas agências do INSS pelo Paraná, mediante cheques nominiais e mediante identificação para possibilitar o pronto restabelecimento. E que, lamenta-

velmente, até o momento, embora tendo recebido um ofício confirmando as providências que nós sugerimos, para o nosso desagrado vimos hoje, no jornal - que, infelizmente, a burocracia neste País está matando de fome os aposentados rurais. E, infelizmente, o que é pior, nós temos agora um Ministro que é do Paraná. Infelizmente somos obrigados a fazer esta denúncia.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Agradecemos o aparte do Deputado, que vem complementar dados e gostaríamos de solicitar novamente aos Deputados que nos somemos à esta exigência do cumprimento da lei pelo Governo Federal. Vamos exigir que o trabalhador rural tenha o seu direito garantido. Não só ele, como todos os trabalhadores aposentados neste País e que estamos vendo, pelos dados do Tribunal de Contas da União, que o Governo tem caixa, tem recursos e tem sobras para pagar os aposentados e as aposentadorias dos rurais, e também os 147%. No entanto, se quer cobrir, tapar buracos da corrupção, da safadeza, da corrupção do dinheiro público, enquanto se deixa passar fome, passar miséria, morrer nas filas os coitados dos aposentados neste País, depois de darem suas vidas pela Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sejam bem-vindos ao retorno dos trabalhos. Aproveitando este retorno, desde já, gostaria de fazer uma convocação à Assembléia Legislativa, ao Presidente e a todos os membros para que, juntos, independente de partidos, lutemos pela instalação de uma ZPE no Estado do Paraná.

Esta ZPE, todos os Senhores estão assinando um requerimento de minha autoria pedindo que ela seja instalada na cidade de Paranaguá. Mas independente de ser Paranaguá, Foz do Iguaçu, Londrina, qualquer cidade. O importante é que o Paraná tenha sua ZPE. O importante é que toda a sociedade paranaense se una pela luta da criação de uma ZPE no Estado do Paraná, que criará uma série de empregos; criará em primeira instância acredito que vinte mil empregos diretos a cidadãos paranaenses; incentivo às exportações e incentivo também a quem no Paraná produz matéria prima e não tem para quem vender.

Faço esta convocação e espero que todos os Senhores me sigam numa caravana a Brasília, junto com os trinta Deputados Federais e os três Senadores para que jun-

to ao Presidente da República, e ao Ministro Marcílio, consigamos trazer ao Paraná esta ZPE. É muito importante, volto a enfatizar, que nós que somos representantes e detentores de milhões de votos, nos unamos para que o Paraná volte a ter sua bandeira brilhante no primeiro escalão do Governo Federal. Chega do Paraná dizer amém aos outros Estados. Vamos junto com a sociedade paranaense, com as indústrias, com o Governo Estadual, com a Assembleia Legislativa, lutar pela criação da ZPE. Faço aqui no primeiro dia esta convocação para que os Senhores se unam a mim nesta luta para que o Paraná tenha seus direitos devolvidos em uma ZPE criada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Governo Federal está autorizando a implantação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) no Território Nacional, assunto este já levantado pelo Parlamentar Lourenço Fregonese.

(Fotocópia Anexa).

As ZPEs foram criadas para estimular a implantação de indústrias em regiões carentes, visando o seu desenvolvimento. Por seu turno, o Estado do Paraná, ao contrário de outros quatorze (14) Estados da Federação, só agora se dá conta da importância destas Zonas de Processamento. O Rio Grande do Sul, por exemplo, embora já contemplado com uma ZPE na cidade de Rio Grande, está pleiteando uma segunda ZPE na cidade de Uruguaiana, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, com os olhos voltados para o MERCOSUL.

Em recente reunião realizada na Palácio Iguazu entre o Senhor Governador do Estado e um dos diretores da Associação de Comércio Exterior do Brasil, o Governador do Estado manifestou sua intenção de implantar uma destas zonas no Paraná. Entretanto, cumpre-nos salientar, que entre outras iniciativas tomadas neste sentido, encaminhamos expediente, aprovado por este plenário, no dia 09 de agosto de 1991, a Secretaria Nacional da Economia, Dorotéia Verneck, solicitando a implantação de uma ZPE na região sudoeste do Estado.

As ZPEs oferecem inúmeras vantagens para a instalação de empresas de grande porte, entre as quais destacamos as seguintes:

1) As empresas podem dispor livremente dos lucros e divisas obtidos da exportação, sem a interferência do Banco Central;

2) As empresas terão liberdade de importação;

3) Cada ZPE terá sua própria gestão, cabendo as administrações estadual e municipal a criação da infra-estrutura necessária a sua implantação, ou seja, a doação de terrenos e a urbanização.

Mais do que isso, as empresas que se instalarem nestas zonas estarão isentas do imposto de importação, do imposto sobre a propriedade industrial, do FINSOCIAL, do imposto sobre operações financeiras, e do adicional de frete para a renovação da marinha mercante. Vale destacar que a produção das empresas nelas instaladas é voltada exclusivamente para o mercado externo.

Assim sendo, queremos, a partir de agora, demonstrar a visibilidade e a prioridade da região Sudoeste do Estado para abrigar a ZPE paranaense. Esta é uma oportunidade há muito esperada pelo povo sudoestino. Mais do que isso: com a futura concretização do MERCOSUL, a agroindustrialização da região passa a ser condições indispensáveis para garantir a participação do Estado neste mercado comum em pé de igualdade, na medida em que vai propiciar um aumento de produtividade.

Consideramos este o mais forte dos argumentos em favor da agroindustrialização do Sudoeste. Se medidas concretas não forem tomadas, a constituição do Mercado Comum entre os Países signatários do MERCOSUL implicará em sérios prejuízos para os setores produtivos de regiões econômicas para as quais as novas condições de concorrência são, a curto e médio prazo, adversas.

Baseados nesta constatação, o que estamos propondo com a criação da ZPE na Região é mais do que a instalação de agroindústrias. Estamos propondo uma política governamental capaz de neutralizar os efeitos negativos que o MERCOSUL poderá trazer a toda a economia paranaense.

Utilizando como fonte de informação recente trabalho realizado pelo SEBRAE/PR - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná -, denominado perfil sócio econômico dos municípios integrantes da AMSOP, entendemos que o desenvolvimento agroindustrial deve, necessariamente, envolver ações em toda a cadeia produtiva. Tomemos como exemplo a agroindustrialização de suínos: seus produtos finais (carne e embutidos) somente terão chances de serem comercializados em regime de competitividade, se todas as demais atividades que compõe a cadeia produtiva também forem competitivas. A industrialização de suínos, portanto, será economicamente viável se assim o forem também a suinocultura, as fábricas de rações, e a agricultura do milho. Avançando ainda mais na cadeia produtiva, afirmamos que a agricultura somente será competitiva, se seus fornecedores de insumos, implementos agrícolas, apoio em

pesquisas, assistência técnica e política governamental forem eficazes.

É isto justamente o que estamos propondo: o desencadeamento de uma política governamental que tem como ponto de partida a criação da ZPE na região, concomitantemente com o aumento da produtividade, criando condições para que possamos enfrentar em pé de igualdade nossos concorrentes Sulamericanos.

O mesmo se aplica a agroindustrialização do milho: o milho é um produto que encontra condições para ser cultivado na região e, além disso, faz parte da cadeia produtiva da agroindústria de suínos e aves. A baixa produtividade do milho na região em relação a Argentina poderá ser revertida mediante a simples adoção das técnicas corretas de cultivo. É o que pode ser constatado pela experiência da Batavo que vem obtendo uma produtividade de seis mil quilos de milho por hectare plantado, superior, portanto, a média paranaense. Sabemos que boa parte do milho produzido será transformado em carne, diretamente pelo produtor, ao misturá-lo com o concentrado na confecção da ração, porém o excedente será comercializado propiciando o abastecimento de uma unidade agroindustrial na região.

Também a soja merece destaque: a instalação de agroindústrias na região que sejam ligadas ao setor seria condição para o aumento da produtividade, entendendo-se neste caso industrialização como sendo produção de óleo de soja degomado a farelo pelotizado. Atualmente, da parcela industrializada 39% fica no Paraná, 33% é encaminhada para outros Estados, e 20% é exportada. As respostas das pesquisas indicam que não existem grandes problemas com a mão-de-obra empregada, sendo que há boas intenções de investimento no setor: média de três milhões de dólares ao ano.

Finalmente, outro exemplo é o que diz respeito a agroindustrialização do leite, a produção média de 1.085 litros/vaca/ano registrada no sudoeste está muito aquém da produção Argentina de 2.201 litros/vaca/ano.

Permanecendo neste nível de produtividade este setor poderá ficar comprometido.

Ao inserirmos o leite como sugestão agroindustrial para a região, levamos em consideração a possibilidade de reverter este quadro. Isto é possível através da implantação de agroindústrias fortes e preocupadas não somente com o seu lucro, mas também com o lucro do produtor de leite, a exemplo das cooperativas Batavo e Witmarsun.

Além disso a região possui condições físico-climáticas favoráveis a exploração da atividade leiteira; possibilitando o fornecimento de matéria prima para a pro-

dução de queijo, manteiga, iogurte, requeijão cremoso, e outros produtos lácteos de maior valor agregado.

Assim sendo, gostaríamos de ressaltar a adequação da região Sudoeste do Estado para abrigar a ZPE paranaense, haja vista suas irrefutáveis vantagens, entre as quais destacamos a matéria prima farta e próxima, a infra-estrutura existente, a facilidade de acesso ao mercado internacional, e a ausência de problemas no que se refere a mão-de-obra. Além disso, a instalação da ZPE propiciaria a interiorização da indústria, fixando o homem no campo e evitando o inchaço dos centros urbanos, criando condições para que a região possa continuar a dar sua contribuição ao Estado e ao País quando da futura instalação do MERCOSUL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Último orador do Pequeno Expediente, Deputado Osvaldo Trevisan.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou chegando a esta Assembléia Legislativa do Paraná e venho dizer de onde e porque venho.

Iniciei a minha vida pública em 1.976, quando fui eleito Prefeito do Município de Cornélio Procópio no Norte Paranaense.

Na ocasião, assumindo a Prefeitura, deixei a minha cadeira de professor de Economia, na Universidade de Londrina e também me afastei da minha bancada de advocacia. Fui Prefeito de Cornélio Procópio de 77 a 82, eleito pelo antigo MDB - o Movimento Democrático Brasileiro, depois fui Deputado Federal e na Câmara Federal integrei a Comissão de Economia e Comércio e também a Comissão de Agricultura, além de ter integrado a CPI para apuração de irregularidades no sistema financeiro brasileiro. Integramos também diversas comissões mistas no Congresso Nacional.

Depois fomos também deputado constituinte e ajudamos a escrever a Constituição deste País.

Em 88 a vida deu-me uma grande alegria e me fez o pai do mais jovem Prefeito deste País, o Prefeito de Cornélio Procópio Eduardo Trevisan.

Recentemente, antes de chegar a esta Casa eu vinha ocupando a Diretoria de Operações do BANESTADO Crédito Imobiliário, onde adquiri grande experiência e para onde levei também grande conhecimento da minha vida profissional, eis que também fui advogado do Banco do Brasil e no Banco do Estado, além de levar o meu conhecimento eu tive oportunidade de aprender bastante sobre este Banco, e aprendi que o Banco do Estado é uma casa de trabalho, disciplina,

honradez e efetivamente o instrumento do desenvolvimento econômico e social deste Estado do Paraná.

Mas se deixei o Banco do Estado, onde aprendi, onde participei, fiz muitas amizades e vi que se trata de uma Casa onde mora a competência e a seriedade, venho a esta Assembléia com a mesma alegria e o mesmo entusiasmo, porque lá fora eu já ouvia que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi a mais produtiva neste ano que se passou. Então, esta Assembléia, pelo trabalho que vem realizando, ela se impôs ao respeito da opinião pública não só do Paraná, mas de todo este País. E hoje, e neste momento em que estou chegando, sinto-me muito honrado em integrar esta Casa de Leis, pois é bastante significativo, entendo como uma honra para todos nós. E aqui venho, Senhor Presidente, para participar deste processo de trabalho produtivo para que possamos ser cada vez mais os verdadeiros intérpretes dos anseios e das reivindicações do povo do nosso Estado; para que tenhamos a sensibilidade política e transformar em realizações efetivas o desejo de todo o nosso povo. Venho também, como integrante eleito pelo PMDB para integrar a Bancada do meu Partido e também para integrar a Bancada que dá sustentação política ao honrado Governo de Roberto Requião. Entendo também que poderemos fazer nesta Casa, leis legítimas e não somente as leis legais, e leis legítimas são aquelas que brotam efetivamente dos usos e dos costumes do povo, porque a lei legítima nasce disto. O que fazemos é transformar os usos e costumes em normas, daí sim, estaremos fazendo leis legítimas, leis que venham para ficar, para formar a história desta Assembléia, deste Estado e deste País. E aqui estou, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que possamos juntos conviver e somar o nosso esforço, a nossa criatividade, a nossa inteligência, o nosso trabalho em benefício de todo o povo do Paraná, para que possamos fazer a cada dia um Estado mais forte, mais pujante, e que possamos alcançar o verdadeiro desenvolvimento, com crescimento econômico, social e político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mais uma vez esta Presidência, esta Comissão Executiva, esta Mesa Executiva, cumprimenta o Deputado Osvaldo Trevisan, desejando ao mesmo uma feliz estada, ocupando uma das cadeiras desta Assembléia.

Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PSDB se fará

uso de seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma satisfação para todos nós termos tido a possibilidade de no dia de ontem, 17 de fevereiro, abrimos a 2ª Sessão Legislativa da 12ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, além da felicidade que, tenho certeza, repousa nos corações de cada um de nós por termos tido a oportunidade de aqui chegarmos mais uma vez, a oportunidade de ouvirmos de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, palavras de estímulo, palavras de entendimento e de harmonia para com este Poder Legislativo. Todos nós quando aqui chegamos, no início do ano passado, de 91, tínhamos uma certa desconfiança, por assim dizer, de como poderia ser o relacionamento da Assembléia Legislativa para com o Governo do Estado ou do Governador para com os Senhores Deputados. Todos nós recém-saídos de uma disputa eleitoral em que na sua grande maioria estiveram divididos os Parlamentares que aqui estão, uns apoiando Requião, outros apoiando Martinez. Posteriormente também no processo eleitoral desta Casa ficamos mais uma vez divididos, praticamente 50% para cada lado. Então, um prenúncio daquilo que se apresentava era de que poderíamos ter também confrontos, dificuldades no relacionamento para com o Governo. No entanto, não foi isso o que aconteceu, não foi isso que imperou: o que imperou de fato foi a harmonia, o entendimento entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo do Estado do Paraná, harmonia essa que pode ser por nós espelhada, que pode ser por nós conferida em mais uma oportunidade, em que os interesses do povo do Paraná estiveram em discussão em análise nesse Plenário da Assembléia Legislativa.

Em muitas ocasiões assuntos que aqui chegaram, tendo como origem o Poder Executivo foram pela Assembléia Legislativa, pelos Parlamentares que aqui têm assento tratados com independência de partido político, de facção partidária ou de bloco dentro desta Casa. Exemplo aí está a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi discutida e que recebeu o apoio deste Parlamento, independente de ser ou não ser do bloco de apoio ao Governo. Exemplo maior no final do ano foi a Lei Orçamentária, onde diversas, centenas de emendas foram discutidas na Comissão de Orçamento, através do Presidente Nelson Justus, do Relator Heinz Herwig, e, ao final, chegamos a uma peça orçamentária que espelhe a vonta-

de talvez maior deste Parlamento, do povo do Paraná e que foi devidamente acordada pela Secretaria do Planejamento, pelo Governo.

Existem ainda algumas pendências com relação à peça orçamentária que deverá ser solucionada, mas no conjunto, no bojo maior, o que prevaleceu foi a harmonia, foi o entendimento, apesar é evidente, das posições pessoais, das posições partidárias muitas vezes aqui definidas que em muitas ocasiões confrontavam com a postura do Governo e dos Deputados a ela aliados.

No nosso entendimento a postura e o discurso do Governador é uma postura de otimismo, de crença e de certeza de que haveremos mais uma vez em 1992 trabalharmos de forma unida, de forma a buscarmos incansavelmente a solução dos problemas do nosso Estado, atingindo desta forma os objetivos do povo paranaense.

Neste momento em que retornamos às atividades, gostaríamos de saudar a todos os Senhores Parlamentares, desejar a todos que tenham um 92 bastante produtivo e bastante atuante, e cada um na sua esfera, na sua ação, na sua comissão desempenhe com muito afinco e interesse como o já fizeram em 91, e a certeza realmente de que este Parlamento continuará sendo valorizado, respeitado e apoiado não só pela população, mas por Sua Excelência o Governador, mas uma demonstração tivemos do respeito que ele tem para com a Assembléia e para com os Deputados que aqui têm assento, quando convidou para ser o seu Secretário de Esportes e Turismo o digno e valoroso Deputado José Afonso Júnior, pessoa que neste Parlamento, num primeiro mandato, e agora já cumprindo o segundo mandato, demonstrou a firmeza das suas atitudes e o comportamento sempre reto na defesa dos interesses da sua região e dos interesses do Paraná.

Saí, José Afonso, vai para a Secretaria de Esportes e Turismo, em seu lugar comparece o nosso amigo e companheiro Osvaldo Trevisan, que muitos talvez não o conhecessem, mas nós, que fazemos política na região Norte do Paraná, conhecemos o Trevisan desde a primeira hora em que ingressou na vida política pelo nosso MDB, se elegendo Deputado Federal em duas ocasiões, tendo sido prefeito da Cidade de Cornélio Procopio e agora disputando conosco uma eleição de Deputado Estadual e, acima de tudo também, elegendo o seu filho Eduardo para ser o Prefeito da Cidade de Cornélio, uma vida política bastante ativa, como ativa foi a sua vida dentro do Banco do Brasil e agora também no BANESTADO. É uma pessoa que chega para reforçar a Assembléia Legislativa com os seus conhecimentos, reforçar esse Parlamento com aquilo que pôde aprender em sua

vida pessoal, na sua vida profissional e também no Congresso Nacional. Tenho certeza que a saída de José Afonso estará muito bem preenchida com a presença de Osvaldo Trevisan que nesse Parlamento, tenho certeza, colocará os seus conhecimentos a serviço do povo do Paraná.

Gostaria, Senhor Presidente, mais uma vez, de agradecer a todos os Senhores Deputados e desejar a todos realmente, um 1992 muito produtivo e de grande eficiência desse Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PST.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nossas primeiras palavras são para saudar os companheiros que, no início de mais um período, nós temos o prazer e a felicidade de aqui reencontrá-los. Falar de nosso trabalho individual aqui na Assembléia é poder dizer que também tivemos neste período de recesso, o balanço em que fizemos junto às nossas bases, junto aos Prefeitos que prazerosamente nós representamos aqui nesta Casa, junto ao Governo do Estado, nós estaríamos com saldo positivo. Enfrentando a crise que atinge ao País, aos Estados e aos Municípios, saímos com saldo positivo porque nos vinte Municípios que temos o prazer de aqui representar, os nossos Prefeitos conseguiram fazer a folha de pagamento de dezembro, cumprir o 13º e em todos eles, têm obras conveniadas com o Governo do Estado e têm obras sendo realizadas com recursos tão somente do Município.

Seria extensivo nós aqui falarmos do trabalho que no ano de 91 nós realizamos em defesa dos interesses de cada município que aqui representamos. Por isso nós podemos dizer que o saldo foi positivo e que o Governo do Paraná, o Governo Roberto Requião está como esteve o Governador Alvaro Dias, presente em todos os municípios da nossa região.

O que me traz também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta tarde à tribuna, além é evidente, da satisfação de poder cumprimentar a todos os companheiros, independente de sigla partidária, é dizer da nossa tristeza, da tristeza, do pesar que sentimos quando na sexta-feira da semana passada, na capital de São Paulo, do Paraná, do Brasil e em especial a região de Umuarama, perdia o excelente empresário, o excelente chefe de família. Falo meus companheiros Deputados, de Irineu Fernandes de Oliveira que foi abatido na capital de São Paulo, por duas crianças, por dois gurus de rua. Não sei como qualificá-los: se pedintes, se malandros, se pilantras, se vagabundos ou se mais um

daqueles abandonados na vida pelos pais e pelos responsáveis diretos também que são os governos. Dois guri, quando o empresário parava com seu carro num semáforo, chegavam e sem um mínimo de conversa, dispararam dois tiros, ceifando-lhe a vida...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me para um aparte, Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Já concedo. Ceifaram-lhe a vida, sem o mínimo de explicação. Deixa Irineu Fernandes de Oliveira, quatro filhos, a esposa com 46 anos de idade. Nesta oportunidade, Senhor Presidente, eu gostaria de deixar aqui registrado, como tenho certeza fez via requerimento o nosso companheiro de Umuarama, Deputado Nelson Garcia. Somamo-nos ao seu requerimento de voto de pesar à família deste ilustre companheiro, deste exemplar chefe de família e empresário da região de Umuarama, do Paraná e do Brasil.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - Deputado Nilton, eu pediria permissão a Vossa Excelência para me incluir no Requerimento de autoria de Vossa Excelência do voto de pesar ao empresário Irineu Fernandes de Oliveira.

Nós também lamentamos profundamente este acontecimento na capital paulista. E eu acho que nós temos que continuar brigando e lutando pelo adolescente.

Muito se fala, e especialmente neste atual Governo Federal, sobre a questão do adolescente. Mas, na teoria se fala muito. E, na prática, até agora nós não vimos nenhum resultado positivo.

Os anos estão passando e o adolescente é sempre alvo dos políticos, geralmente quem busca alguns cargos na linha do Executivo fala muito através da imprensa com relação ao problema do adolescente. Mas, depois de assumirem os seus mandatos, a história começa a se reverter e nós vivemos na mesma condição.

E eu lamento profundamente e aí venho com a minha defesa e que sempre fiz de que neste País é preciso se implantar a pena de morte. Defendo a pena de morte. Respeito aqueles que não a defendem. Cada um de nós tem a sua posição e eu tenho a minha. E a partir do momento em que for implantada neste País a pena de morte, para aqueles que precisam ser sacrificados e não aqueles inocentes que não deveriam ser sacrificados, nós passaríamos a ter menos problemas na área judicial e na área policial.

O Brasil é um País extenso, com uma dimensão enorme, com uma superpopulação, onde não existe, e deveria existir, o con-

trole da natalidade. Se nós vivemos esta questão do adolescente é porque não existe o controle da natalidade. A partir do momento em que nós seguirmos nesta linhagem de controle da natalidade, nós passaríamos a ter crianças sadias, crianças que teriam, na sua adolescência, uma educação de que realmente a criança necessita.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e mais uma vez gostaria de registrar nos Anais desta Casa a minha participação neste Requerimento de voto de pesar a este grande empresário que deixou sua família, sua esposa e filhos. Lamentavelmente é esta uma perda irreparável.

Muito obrigado!

O SR. NILTON BARBOSA - Eu é quem agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E para concluir, Senhor Presidente, deixei claro quando me referi às crianças que abateram o grande amigo e empresário Irineu Fernandes de Oliveira, de Umuarama. E eu questionava na hora: culpa dos pais, culpa deles ou culpa do Governo? Evidentemente que é culpa do Governo. Sô nesta semana a própria "Rede Globo" trouxe ao ar o assassinato de três pessoas em São Paulo, na Capital do Estado, causado por crianças.

Agora, não adianta criar o Ministério da Criança e se acoplar a outro Ministério que compra bicicletas, mochilas, que compra guarda-chuva para os adultos e se esquecem de cuidar das crianças em um Ministério que já existe.

Está na hora de o Governo Federal olhar com carinho, de o próprio Governo do Estado olhar com carinho as crianças. Nós não podemos mais criar malandros, pilantras pelo descaso que fazem, responsáveis que são. E evidente que além das famílias o próprio Governo Federal e Estadual.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Liderança do PFL.

(Declina).

PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Companheiro Presidente da Mesa, Deputado Algaci Túlio; companheiros Deputados; companheira Deputada Emília Belinati; meus Senhores e minhas Senhoras.

O novo ano legislativo foi inaugurado ontem, neste Plenário, com a palavra do Senhor Governador do Estado, numa mensagem lida, mas que não transmitiu muita convicção. Aliás, me parece que o Senhor Governador, quando convicto do que efetivamente quer transmitir, fala de improviso e do fundo da sua alma.

Mas, ontem, ele interpretava aqui um texto que nos traz muito poucas recordações, o que é profundamente sombrio para o Paraná. Eu perguntava a diversos Deputados se algum deles me poderia citar algum trecho do discurso do Senhor Governador, ontem proferido neste Plenário. E muito pouco ou quase nada ficou gravado na memória dos Senhores Deputados, como também não vai ficar gravado nem na paisagem do Paraná nem na memória dos paranaenses, esse ano de Governo que agora expira.

Nós tivemos um ano de exercício do Estado espetáculo, do Poder espetacular, onde algumas poucas medidas de ação política foram plenamente justificáveis e merecem o aplauso da sociedade paranaense. Entre elas, nós teríamos a destacar o acerto das dívidas da Cidade Industrial de Curitiba, que foi uma medida inteligente, interessante, uma medida de Governo alentadora tanto para a Capital como para todo o Estado, e também a implantação de terminais de calcário, o primeiro deles instalado recentemente, em direção ao interior do Estado, terminais de calcário em diversas cidades do interior do Estado, no sentido de que se distribuam as riquezas de potencial adubador, agrícola, existentes aqui na região metropolitana da Grande Curitiba, sobretudo em Rio Branco do Sul, na província geológica de Rio Branco do Sul, para estas terras pobres do Paraná, que precisam, efetivamente, de correção, sobretudo precisam do calcário.

Mas, mais do que isso, o Governador se limitou a enumerar alguns "slogans" de Governo, de campanhas institucionais, e a falar numa pretensa harmonia entre os Poderes do Estado e ainda dizer, o que pareceu um pouco temerário a um dos nossos colegas de Bancada de Oposição, que o Paraná não precisa de incentivos.

O respeito devido à pessoa do Governador do Paraná não nos exime da crítica devida ao Governador do Paraná, que faz um discurso vazio, na Assembléia, na abertura do Ano Legislativo.

Claro que nós gostaríamos da autoridade exercida pelas obras, da autoridade não exercida pelas palavras, mas exercida pelas obras, da autoridade dos fundadores, da construção do Paraná que nós merecemos, que ainda está muito longe do Paraná que nós temos.

Precedeu-me, nesta tribuna, o Deputado Líder do PST, falando sobre o assassinato do empresário paranaense em São Paulo, por meninos de rua. Tais fatos, dolorosos, graves, pungentes, persistirão enquanto toda a sociedade brasileira não se converter ao exercício do poder transformador, à busca de energias criativas, capazes de revogar o pesadelo da vida.

Não basta apenas o discurso. É preciso

que nós saibamos construir uma nova realidade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, em seguida?

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Um momento, Excelência.

Essa realidade só vai nascer, Senhores Deputados, da conversão de todos os Poderes desta República, aos valores humanitários mais profundos. O Deputado Manfrinato defendia a pena de morte como panacéia para os problemas brasileiros.

De maneira nenhuma a pena de morte resolverá os nossos problemas. Qualquer visita à ex-União Soviética, qualquer visita aos Estados Unidos, qualquer visita à Romênia, qualquer visita à China, países onde se pratica a pena de morte ou já se praticou a pena de morte à exaustão, mostrarão que isso não converteu a sociedade, o valor humanista capaz de transformar a sociedade só massa da educação, de uma educação forte, capaz de fazer que as pessoas sejam cidadãos completos.

A contemplação recente por este Deputado de uma praça de Roma, aonde as crianças brincavam aos folguedos de Carnaval num domingo de tarde, todas elas vestidas a maneira inocente, uma menina vestida de fada, um outro vestido de anjo, um guri, um outro guri vestido de Capitão Gancho, nas figuras mais inocentes do cenário das fábulas infantis, mostra que as crianças italianas têm um direito à infância que às nossas crianças é negado. Como de resto, tem o direito à Educação que às nossas crianças é negado. Recente estatística mundial, revela um fiasco para a Nação Brasileira. Nós só ganhamos da escola de Moçambique em capacidade de aprendizado, de retenção de conhecimento das nossas crianças. A Escola brasileira sai falida, a elite brasileira sai perversa, contra nós se levanta, contra toda sociedade brasileira, não só contra os Governantes, o adjetivo de "incivis", incapazes para a sociedade civil, incapazes para a vida pública. Mas será que nós somos gente de terceira classe, será que nós não valemos nada, será que não existe pecado do lado de baixo do Equador? Ou será que nós podemos efetivamente nos realizar plenamente como seres humanos, dignos de todo o potencial criador de nossas almas; será que nós não podemos nos realizar como imagem e semelhança de Deus, conforme já se realizaram todos os outros povos? Claro que podemos, podemos, se abandonarmos o que é superficial, se abandonarmos o discurso vazio, se realizarmos o poder com vontade transformadora, com energias renovadoras, se soubermos que há um tempo de se estar no palanque, e um outro tempo de se estar

caminhando com o povo transformando a realidade e sobretudo, se tivermos a sinceridade profunda de fazer dos instrumentos do Estado, instrumento do bem comum.

Deputado Manfrinato tem o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu consulto a Presidência se me concede e eu serei bem objetivo porque a resposta que darei a Vossa Excelência é polêmica, mas apenas farei um pequeno comparativo com relação à pena de morte.

Deputado, Vossa Excelência sabe que a maioria dos assaltos e dos assassinatos que ocorrem, geralmente são presos que conseguiram fugir da Penitenciária, das Cadeias e até da Colônia Penal Agrícola, que tem sido um dos casos mais graves, principalmente aqui no Paraná é na Colônia Penal Agrícola.

Eu posso dizer a Vossa Excelência de que custa muito mais caro hoje, e que ganha melhor hoje um preso na Penitenciária, do que um bôia-fria que trabalha. O Governo mantém hoje as Penitenciárias, não é só o Governo do Paraná, Governo de todos os Estados da Federação, mantendo esses presos que não têm a mínima possibilidade de recuperação, gastando fortunas nas penitenciárias, presos com televisões em cores, usufruindo até de mordomias que há essas possibilidades nas Penitenciárias e o bôia-fria que enfrenta o sol, que enfrenta a chuva, que enfrenta as crises da agricultura, mal consegue ganhar para a sua sobrevivência. Então é uma das razões que eu defendo a Pena de Morte, porque o bandido que não tem possibilidade de recuperação, só existe esse caminho. Sei que Vossa Excelência, como eu também sou, tenho as minhas ligações religiosas, nós sabemos que a nossa igreja é contra a posição da pena de morte, mas quantos padres já foram assassinados recentemente em Foz de Iguaçu, assassinaram um padre para roubar. Nós temos que cair na realidade, nós temos que viver o mundo que nós estamos vivendo, e essas são as minhas colocações.

Defendo e continuarei defendendo a pena de morte.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu vou lhe enviar, Deputado Manfrinato, um ensaio filosófico sobre a banalidade do mal.

O mal tem, dentre os seus atributos satânicos, o especial atributo de se fazer passar por nada, por pouca coisa, por banal. Quando se começa a matar, mata-se daí incessantemente.

A recente contemplação que fiz do campo de concentração de Auschwitz, na sofria da terra polonesa, mostra que nenhuma tese é mais forte do que essa banalidade do mau. Aí se entra por uma sala maior do que

este Plenário da Assembléia, toda ela coberta de bonecas, ursinhos de pelúcia, cavalinhos de pano, que as crianças que ali foram sacrificadas em fornos crematórios, deixaram quando do momento final de suas vidas, quando do momento do vestíbulo da morte. Ali se percorrem as mais abusivas câmaras, aonde, em nome do progresso da ciência, da ordem da sociedade, do império dos poderosos sobre os povos, se sucederam toda a sorte de experiências contra o espírito e o gênero humano.

Ali se vê a cela onde o solitário frade cristão Maximiliano Koubé morreu de fome para se entregar em nome de um chefe de família, que foi sumariamente assassinado em represália por uma revolta em troca de pão, que houvera no dia anterior, no campo de concentração. E ali se vêem sobretudo, um ao lado do outro, os fornos crematórios, aonde hoje mãos piedosas acendem velas, velas israelitas, velas cristãs, velas simplesmente de pensamento livre, de pensamento libertário, em memória das pessoas ali incineradas.

Eu não gostaria sinceramente, de ver a nossa Colônia Penal, ou a nossa Penitenciária Central de Piraquara, ou qualquer lugar dessa abençoada terra do Paraná, ferido por um endereço de morte semelhante a um campo de concentração, por mais culpados que sejam os condenados da sociedade e da justiça; e por mais fortes que sejam as razões da sociedade para tentar se livrar das suas próprias culpas, expiando naquelas que devem morrer.

Ninguém foi feito para morrer, a morte não pode ser a regra, a justiça de Deus infinitamente expressa no seu mandamento definitivo: "Não matarás" em todas as traduções conservado como em tom absoluto.

Não justifica de maneira nenhuma que nós entremos nesse debate sobre a banalidade do mau. De mais a mais, vale lembrar que a pena de morte só intensificaria a violência da sociedade, porque as pessoas que estão matando nas ruas já estão condenadas para morrer pela própria injustiça social, que nós não temos sido capazes de resolver.

Senhor Deputado, eu não gostaria de continuar este debate sinistro sobre a pena de morte, vou pedir ao Senhor que leia o ensaio sobre a banalidade do mau, que vou lhe enviar, e depois quem sabe, discutiremos isso à luz do pensamento humanista, do pensamento capaz de nos libertar. De maneira nenhuma - eu acho que a maioria dos paranaenses concordam comigo, a maioria dos brasileiros também - nós podemos institucionalizar a morte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu só gostaria de refrescar a memória de Vossa Excelência, porque fui muito claro quando entrei

neste assunto: eu disse que tenho a minha opinião formalizada e respeito a opinião de quem tem ela formalizada contra a pena de morte. Agora, acho que Vossa Excelência é bastante inteligente - inclusive conheço o currículo de Vossa Excelência, da pessoa culta, poliglota, conhece vários Países do mundo, inclusive cita vários Países aí quando Vossa Excelência fala no seu debate - mas na verdade, a nossa preocupação está no Brasil, e em especial no Paraná, onde somos Parlamentares.

Vossa Excelência sabe perfeitamente, que se estiver chovendo e Vossa Excelência sair na chuva, Vossa Excelência vai se molhar; se não tiver um guarda-chuva ou uma sombrinha, Vossa Excelência vai se molhar. Vossa Excelência sabe que se tiver um fogo aceso e por a sua mão, Vossa Excelência vai queimar a sua mão. E o bandido sabe perfeitamente, que se ele acionar uma arma de fogo, ela dispara, ela detona, ele está consciente do que ele vai fazer.

Vossa Excelência é contra a pena de morte, mas e esses inocentes que morrem através desses bandidos?

Então é uma questão polêmica e um dia se tivermos a oportunidade de um debate amplo - e pode ser até aqui na Assembleia Legislativa - nós teremos muito tempo a questionar e discutir este assunto.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Só para concluir.

O respeito à sua opinião, ou o seu respeito à minha opinião, não me dispensa do dever filosófico de dizer sempre a esta Assembleia e a qualquer Assembleia que, para a verdade não basta a opinião de um só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Apoiados. A Di-

retoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimentos de 10 a 12, 20 e 21, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 008, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 004 a 006, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 001 a 003, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 017, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 018, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 022, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha e Paulo Maia, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 016, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo nº 001/91.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 89, 91, 267, 366 e 536/91.

Levanta-se a sessão.

demissão, por abandono de cargo;

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão